

Veículo: Gov Bahia	
Data: 19/07/2021	



Nota Premiada Bahia disponibiliza bilhetes de julho

19 julho 2021



Foto: Elói Corrêa/GOVBA

Os participantes da campanha Nota Premiada Bahia já podem conferir os bilhetes com os quais irão concorrer no sorteio de julho. Para consultar os bilhetes, basta acessar o site www.notapremiadabahia.ba.gov.br, fazer login e escolher a opção “Minha Conta” => “Bilhetes”. A busca deve ser filtrada pelo mês de junho, pois os bilhetes são gerados a partir das notas fiscais eletrônicas com a inclusão do CPF feitas no mês anterior.

O resultado do sorteio será publicado na próxima quinta-feira (22), no site da campanha e nas redes sociais: @notapremiadabahia e @sefazbahia no Instagram, @sefazba no Twitter e @sefaz.govba no Facebook. Serão ao todo R\$ 1 milhão em prêmios: um de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil. Os bilhetes vencedores serão definidos com base no sorteio da Loteria Federal.

A **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba)**, responsável pela campanha, explica que, como forma de equilibrar as chances dos cidadãos com maior ou menor volume de compras, cada participante tem direito, no máximo, a 45 bilhetes mensais, equivalentes a um teto de R\$ 2 mil em compras no mês.

Para participar da Nota Premiada, basta se cadastrar uma única vez, preenchendo o formulário disponível no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e, após essa etapa, pedir para inserir o CPF na nota fiscal a cada compra realizada em estabelecimentos comerciais. O participante, no ato do cadastro, escolhe até duas instituições filantrópicas que integram o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, uma da área social e outra da área de saúde, para doar as suas notas eletrônicas.

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 617 mil participantes inscritos. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram 1.679 pessoas, das quais 1.069 moram na capital, 609 no interior e uma fora do estado. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no Sua Nota é um Show de Solidariedade, que hoje somam 494. A campanha já destinou R\$ 40,8 milhões para estas entidades, desde seu início, considerando o último repasse realizado neste mês de junho.

Fonte: Ascom/ Sefaz

Nota Premiada Bahia disponibiliza bilhetes de julho



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os participantes da campanha **Nota Premiada Bahia** já podem conferir os bilhetes com os quais irão concorrer no sorteio de julho. Para consultar os bilhetes, basta acessar o site www.notapremiadabahia.ba.gov.br, fazer login e escolher a opção 'Minha Conta' => 'Bilhetes'. A busca deve ser filtrada pelo mês de junho, pois os bilhetes são gerados a partir das notas fiscais eletrônicas com a inclusão do CPF feitas no mês anterior.

O resultado do sorteio será publicado na próxima quinta-feira (22), no site da campanha e nas redes sociais: @notapremiadabahia e @sefazbahia no Instagram, @sefazba no Twitter e @sefaz.govba no Facebook. Serão ao todo R\$ 1 milhão em prêmios: um de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil. Os bilhetes vencedores serão definidos com base no sorteio da Loteria Federal.

responsável pela campanha, explica que, como forma de equilibrar as chances dos cidadãos com maior ou menor volume de compras, cada participante tem direito, no máximo, a 45 bilhetes mensais, equivalentes a um teto de R\$ 2 mil em compras no mês.

Para participar da Nota Premiada, basta se cadastrar uma única vez, preenchendo o formulário disponível no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e, após essa etapa, pedir para inserir o CPF na nota fiscal a cada compra realizada em estabelecimentos comerciais. O participante, no ato do cadastro, escolhe até duas instituições filantrópicas que integram o programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, uma da área social e outra da área de saúde, para doar as suas notas eletrônicas.

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 617 mil participantes inscritos. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram 1.679 pessoas, das quais 1.069 moram na capital, 609 no interior e uma fora do estado. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, que hoje somam 494. A campanha já destinou R\$ 40,8 milhões para estas entidades, desde seu início, considerando o último repasse realizado neste mês de junho.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

Participantes da campanha Nota Premiada Bahia já podem conferir os bilhetes do mês de julho



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Foto: Elói Corrêa/GOVBA

Os participantes da campanha **Nota Premiada Bahia** já podem conferir os bilhetes com os quais irão concorrer no sorteio de julho. Para consultar os bilhetes, basta acessar o site www.notapremiadabahia.ba.gov.br, fazer login e escolher a opção 'Minha Conta' => 'Bilhetes'. A busca deve ser filtrada pelo mês de junho, pois os bilhetes são gerados a partir das notas fiscais eletrônicas com a inclusão do CPF feitas no mês anterior.

O resultado do sorteio será publicado na próxima quinta-feira (22), no site da campanha e nas redes sociais: @notapremiadabahia e @sefazbahia no Instagram, @sefazba no Twitter e @sefaz.govba no Facebook. Serão ao todo R\$ 1 milhão em prêmios: um de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil. Os bilhetes

vencedores serão definidos com base no sorteio da Loteria Federal.

A Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), responsável pela campanha, explica que, como forma de equilibrar as chances dos cidadãos com maior ou menor volume de compras, cada participante tem direito, no máximo, a 45 bilhetes mensais, equivalentes a um teto de R\$ 2 mil em compras no mês.

Para participar da Nota Premiada, basta se cadastrar uma única vez, preenchendo o formulário disponível no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e, após essa etapa, pedir para inserir o CPF na nota fiscal a cada compra realizada em estabelecimentos comerciais. O participante, no ato do cadastro, escolhe até duas instituições filantrópicas que integram o programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, uma da área social e outra da área de saúde, para doar as suas notas eletrônicas.

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 617 mil participantes inscritos. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram 1.679 pessoas, das quais 1.069 moram na capital, 609 no interior e uma fora do estado. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, que hoje somam 494. A campanha já destinou R\$ 40,8 milhões para estas entidades, desde seu início, considerando o último repasse realizado neste mês de junho.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupotarde.com.br

DINHEIRO Um limite de R\$ 6,3 bilhões foi disponibilizado no início de julho para uma nova rodada de contratações de empréstimo pelo programa

5,3 milhões de empresas têm direito ao crédito do Pronampe

MARJORIE MOURA

De acordo com a Receita Federal, 5,3 milhões de empresas têm direito aos créditos do Programa Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Pronampe) com 4,3 milhões integrando o Simples Nacional e um milhão fora do regime simplificado. Nesta nova fase, o governo federal disponibiliza R\$ 25 bilhões em crédito para os micro e pequenos empresários, fazendo com que apenas 280 mil possam ter acesso ao dinheiro, devido ao alto grau de endividamento e dificuldades dos empresários para conseguir ajuda.

Um novo limite de R\$ 6,3 bilhões foi disponibilizado no início de julho último pela Caixa Econômica Federal para uma nova rodada de contratações de empréstimo pelo programa, cujo prazo vai até 31 de dezembro. O valor de crédito pode chegar a R\$ 150 mil por empresa, somadas as operações contratadas anteriormente.

Em 2020, o programa concedeu mais de R\$ 37,5 bilhões em empréstimos para cerca de 517 mil empreendedores. Na primeira semana de julho, o Banco do Brasil atingiu o teto de recursos disponíveis na nova fase do Pronampe e foram contratadas 36 mil operações de

crédito por micro e pequenas empresas, com ticket médio de R\$ 89 mil, totalizando R\$ 3,2 bilhões contratados.

Instituição financeira

Para ter acesso ao financiamento do programa, o interessado deve solicitar diretamente a uma das instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central. Para isso, é necessário efetuar um cadastro no banco escolhido.

Buscando facilitar o processo, esclarece Gilmar Mendes, membro do Conselho Regional de Contabilidade da Bahia (CRCBA), muitos empresários buscam orientação sobre o financiamento, seja na análise da real necessidade do empréstimo e das exigências atreladas, seja do valor a ser tomado e da aplicação no negócio, além da capacidade de pagamento e da projeção dos resultados.

O valor de crédito contratado pode chegar a R\$ 150 mil por empresa

O maior impacto da pandemia no setor contábil foi o aumento do trabalho diante da quantidade de empresas que encerraram seus negócios, gerando baixas e demissões, além das medidas de manutenção do emprego (benefício emergencial). Somado a isso, outras empresas que conseguiram enxergar novas possibilidades fizeram alterações contratuais e cresceram na pandemia. O contador é parte importante neste processo, na orientação aos clientes das possibilidades, oportunidades e mudanças que o governo vem promovendo desde março/2020, destaca.

Para Gilmar Mendes, a agilidade dos empresários em buscar empréstimos oferecidos pelo Pronampe revela a retomada das atividades ainda na pandemia. "A necessidade de investimento para a adequação aos novos métodos de trabalho, aliada às condições bastante atrativas, faz com que as micro e pequenas empresas busquem esse financiamento disponibilizado pelo governo federal", afirmou o conselheiro.

Crise econômica

O Pronampe é um programa criado em 2020 que disponibiliza empréstimos para pequenas empresas com juros mais baixos e prazo

maior para começar a pagar, como ajuda a empresários para enfrentar a crise econômica provocada pela pandemia do coronavírus.

Microempresas com faturamento de até R\$ 360 mil por ano e pequenas empresas com faturamento anual de R\$ 360 mil a R\$ 4,8 milhões poderão ter acesso ao empréstimo. A empresa pode pegar empréstimos de até 30% da receita bruta anual registrada em 2019. Entretanto, novos negócios, com menos de um ano no mercado, têm o limite do financiamento de até metade do capital social ou de 30% da média do faturamento mensal do negócio.

"A taxa de juros básica aplicada (Selic) é de 6,5% anual + 6% sobre o valor concedido. A empresa tem até 36 meses para efetuar o pagamento. No entanto, os recursos poderão ser aplicados em investimentos e em capital de giro isolado e associado, sendo vedada a destinação para distribuição de lucros e dividendos entre os sócios", explica Gilmar Mendes. O dinheiro concedido pelo programa poderá ser utilizado também para aquisição de equipamentos ou reformas, além de despesas operacionais, como salário dos funcionários, pagamento de contas e compra de insumo.

INDICADOR

Finanças geram estresse em 58,4% das famílias

DANIEL MELLO

Agência Brasil, São Paulo

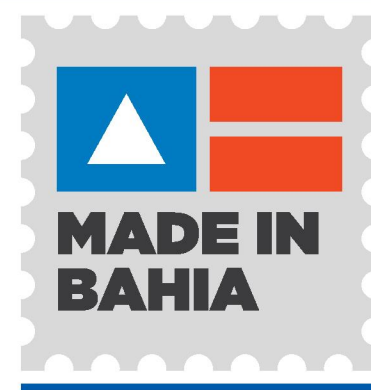
As finanças causam estresse e refletem na vida familiar de 58,4% dos brasileiros, segundo o Índice de Saúde Financeira do Brasileiro. O indicador, lançado ontem, faz parte de uma iniciativa da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) em parceria com o Banco Central para fornecer à população ferramentas de educação financeira.

O índice foi construído para avaliar a capacidade de cada pessoa em cumprir as obrigações financeiras; tomar boas decisões do ponto de vista das finanças pessoais; ter disciplina e autocontrole; sentir segurança em relação ao futuro; ter a liberdade de fazer escolhas que permitam aproveitar a vida.

A pesquisa nacional mostrou ainda que apenas 21,9% dos brasileiros se sentem preparados para lidar com uma grande despesa inesperada.

A Região Sudeste teve o maior percentual (14,1%) de pessoas na faixa mais baixa de saúde financeira – de zero a 36 pontos. Em seguida vem a Região Nordeste, com 11% da população nessa situação. A Região Sul tem 13,1% das pessoas no patamar de melhor saúde financeira, marcando acima de 83 pontos. Na média nacional esse índice é de 8,1%.

Os homens têm uma situação financeira melhor do que as mulheres. Sobre o futuro, apenas 35% da população têm segurança sobre as finanças. Mais da metade (53,5%) disseram que os compromissos reduziram o padrão de vida.



Continental Pneus Camaçari: 15 anos



SÉRGIO ROCHA

Vice-presidente da Planta da Continental Pneus de Camaçari

É neste ano de 2021, apesar de todos os desafios impostos pela pandemia, que estamos celebrando o aniversário de 15 anos da Continental Pneus Camaçari. Inaugurada no dia 5 de abril de 2006, a fábrica de pneus do Grupo Continental no Brasil, uma das mais modernas da organização. A nossa unidade conta com duas linhas de produção de pneus e ocupa um total de 182 mil metros quadrados de área construída. Aqui contamos com mais de 2.300 postos de trabalho direto. Um orgulho para todos nós!

E desde a chegada ao polo industrial de Camaçari, a Continental coleciona histórias. São 15 anos construindo uma sólida relação de confiança e compromisso com clientes, fornecedores, colaboradores e comunidade. Centenas de pessoas são impactadas diretamente por uma parceria que gera empregos, desenvolve a região e as pessoas, ajudando-as a realizar sonhos.

Posso dizer que participei desta história desde o início, pois sou o funcionário número um de Camaçari. Minha tarefa foi coordenar a instalação de todos os equipamentos da produção de pneus. E lembro que foram mais de 750 contêineres vindos de diversos países e de muitos fornecedores diferentes. Em 2007, recebemos a primeira certificação. Em 2010, fizemos a primeira expansão na capacidade de produção de pneus e, em 2016, passamos pela segunda expansão. Isso permitiu que a produção que já foi de 300 pneus chegasse a cerca de 25 mil pneus por dia. Um trabalho incrível, que só é possível graças ao engajamento das pessoas unidas com um foco: fazer da planta de Camaçari um sucesso.

Nesses anos, pude testemunhar como a Continental se tornou referência na região, de uma marca desconhecida, para a fábrica que hoje é uma grande geradora de empregos e que foi eleita por cinco vezes consecutivas como uma das 150 melhores empresas para se trabalhar no Brasil, entre 2015 e 2019. E, em 2021, a Continental Brasil é certificada pela primeira vez com o selo GreatPlacetoWork (GPTW). Não tem como não se emocionar com essa trajetória.

Costumamos dizer que a nossa tecnologia é alemã, mas o tempo é baiano! A qualidade nas relações, a vivência dos nossos valores corporativos e o sentimento de pertencermos a uma família certamente tornam a fábrica de Camaçari um lugar especial!

Entretanto, o maior desafio da planta de Camaçari é, sem dúvida, o que estamos vivendo hoje. A pandemia trouxe uma ameaça para o nosso bem maior, que são as pessoas que fazem parte do nosso time, o que torna a situação urgente e grave. Apesar de uma situação tão adversa, conseguimos promover um ambiente em que as pessoas se sentiram seguras, e todo esse cuidado gerou engajamento para voltarmos a produzir de forma segura e com qualidade e, assim, atender os nossos clientes.

Made in Bahia - Publicada às terças-feiras, a coluna traz relatos de empresários baianos

VAREJO

Vendas no comércio crescem 10,1% no primeiro semestre

João Souza / Ag. A TARDE / 21.11.2018



O setor de eletrodomésticos ajudou a puxar as vendas do varejo no 1º semestre

ELAINE PATRÍCIA CRUZ
Agência Brasil, São Paulo

As vendas no comércio físico brasileiro cresceram 10,1% no primeiro semestre deste ano em relação ao mesmo período do ano passado, apontou o Indicador de Atividade do Comércio. Esse foi o maior crescimento semestral desde 2010, disse a Serasa Experian.

No entanto, segundo Luiz Rabi, economista da Serasa Experian, essa alta observada é uma recuperação apenas parcial, "pois não compensa a queda expressiva relacionada a pandemia em 2020".

A alta foi puxada pelo setor de móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e informática, que cresceram

13,6% no período. Já a retração ocorreu principalmente nos setores de tecidos, vestuário, calçados e acessórios, com queda de 6,5% no período.

Em junho, o Indicador de Atividade do Comércio da Serasa Experian teve alta de 1,1% ante o mês anterior

No mês de junho, o Indicador de Atividade do Comércio da Serasa Experian teve alta de 1,1% frente ao mês anterior. O segmento de tecidos, vestuários, calçados e acessórios teve um crescimento expressivo de 30,9%, o que impulsionou o cenário positivo do índice.

Vestuários e calçados

"Com o alto nível de desemprego e a diminuição do auxílio emergencial, as pessoas ainda estão seguindo o modelo de consumo por necessidade, o que afeta as vendas do varejo. A alta expressiva do setor de tecidos, vestuários, calçados e acessórios pode estar ligada ao período de frio iniciado em junho, que reforçou a demanda por esses itens", disse.

Preocupação com variante Delta afeta bolsa e dólar

MERCADOS O temor com o avanço da variante Delta – que pode determinar novas medidas de distanciamento social que impactam nos negócios – derrubou os preços das ações nas bolsas de valores mundo afora ontem, com reflexos para o Brasil. A Bolsa brasileira (B3) teve queda 1,24% e fechou o pregão aos 124.394,57 pontos, em sintonia com o forte recuo do mercado de Nova York. É a menor pontuação do mercado de ações brasileiro desde maio.

Já o dólar fechou em alta de 2,64%, a R\$ 5,2506, no maior avanço porcentual desde 18 de setembro de 2020. Ontem, a Organização Mundial da Saúde (OMS) revelou que a cepa do coronavírus já circula em mais de 111 países, principalmente asiáticos.

●● **É um cenário de menor crescimento no ano que vem, com a inflação nos EUA em patamar já elevado**
Alexandre Espírito Santo
economista da Orama Investimentos

O economista Alexandre Espírito Santo, da Orama Investimentos, diz que a grande preocupação é com uma eventual "recaída" da economia global por causa da variante Delta. "É um cenário de menor crescimento no ano que vem, com a inflação nos EUA em patamar já elevado, o que obrigaria o Fed (Federal Reserve), o banco central americano) a agir".

No pior dos cenários do mercado, está uma "estagnação" – baixo crescimento econômico e preços mais altos. "Embora continuemos esperando que o dólar passe a cair nos próximos meses, a incerteza de curto prazo em torno do crescimento global e das perspectivas da política monetária argumenta contra por enquanto, em nossa opinião", afirmou, em nota clientes, o banco Goldman Sachs.

A narrativa de "reflação

global" – aumento de preços com crescimento econômico pós-crise –, contudo, ainda é citada por vários analistas como argumento de baixa para o dólar. O banco ING inclusive vê o real como beneficiário desse cenário, junto com outras moedas pró-cíclicas, como peso mexicano, rublo russo e coroa norueguesa. No Brasil, o desempenho do real foi particularmente mais fraco, com a moeda liderando as perdas globais.

No exterior, as bolsas refletiram ainda o forte recuo de 7% do preço do petróleo após a decisão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo e aliados (Opep+) de aumentar os limites de produção. Em Nova York, Dow Jones e Nasdaq tiveram quedas de 2,09% e 1,06% cada. Os papéis ordinários da Petrobrás tiveram baixa de 1,18%.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,2496	R\$ 5,2506
Dólar Turismo	R\$ 5,2570	R\$ 5,4300
Euro turismo	R\$ 6,1330	R\$ 6,4030

BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Bovespa	124.394,57	-1,24%

POUPANÇA

20/07/2021	0,1559 %
------------	----------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.100,00

INFLAÇÃO

	Maio	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,83%	3,22%	8,06%
INPC/IBGE	0,96%	3,33%	8,9%
IGP-M/FGV	4,10%	14,39%	37,04%

SUPERÁVIT

2,036B

de dólares é o saldo da balança comercial brasileira na terceira semana de julho segundo dados divulgados do Ministério da Economia, o valor foi alcançado com exportações de US\$ 6,275 bilhões e importações de US\$ 4,239 bilhões.

Caixa vai convocar 3 mil aprovados em concurso

EXPANSÃO A Caixa Econômica Federal anunciou nesta segunda-feira (19) a contratação direta de 4 mil pessoas. Dessas, 3 mil serão convocadas entre aprovados em concurso vigente. As outras mil serão pessoas com deficiência (PcD), a serem selecionadas em concurso específico que será realizado

conforme edital a ser publicado até o próximo mês de setembro.

O reforço de mão de obra visa preencher os quadros também para cobrir necessidades criadas pelo plano de expansão da Caixa, que prevê a abertura de 250 agências até o fim do ano. Elas se somarão à rede de 26 mil

pontos de atendimento, que inclui agências, lotéricas e correspondentes bancários, além de agências itinerantes, na forma de barcos ou caminhões. Também está prevista a contratação de 800 recepcionistas e vigilantes, por meio de empresas terceirizadas, para atender unidades em todo o País.

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

As suspeitas de corrupção no Ministério da Saúde estão sendo analisadas na CPI em dois grupos. O que avalia os documentos sobre a Precisa, que tentava vender a vacina Covaxin e que fez pagamentos à VTCLog. E o que estuda os documentos sobre os intermediários, ou seja, a Davati, o reverendo, os militares, o Força Brasil, oferecendo a Astrazeneca. Esse segundo tema acaba de ganhar mais um reforço com as notícias da negociação do ex-ministro Pazuello com a World Brands para a compra da Coronavac, a mesma vacina tão atacada pelo presidente da República. Parece um grande emaranhado, mas há um fio condutor: o governo preferia falar com os personagens mais estranhos e ignorar as propostas dos fornecedores confiáveis.

A cena do ministro Eduardo Pazuello fazendo exatamente o que disse na CPI que não faria é mais uma mentira revelada. Entre tantas outras. Pazuello diz que fechou o memorando de entendimento com um tal de "John" para comprar 30 milhões de doses. E de que vacina? Da chinesa Coronavac. A mesma que Bolsonaro tantas vezes ofendeu e atacou. Aquela da qual o coronel Elício Franco disse "não

vamos comprar a vacina chinesa". E onde era aquela reunião? Exatamente na sala do coronel Elício Franco. Bolsonaro negou, mesmo diante do vídeo, que houve essa negociação e disse que só é propina quando alguém está "pelado na piscina".

Os caminhos eram retos. O governo preferiu o oblíquo. Para comprar Coronavac o caminho era o Butantan, e não o "John" da World Brands, de Santa Catarina. Para comprar Astrazeneca, o caminho era a Fiocruz, e não um reverendo Amylton, o coronel Hélio do Força Brasil, a Davati que chegou através do Cabo Domingueti. E isso, além da Precisa, que fez invoices mutantes, pressionou por pagamento antecipado, e agora descobriu-se que fazia pagamentos para outra fornecedora do Mi-

nistério da Saúde. A VTCLog.

Todo o caso de corrupção é um emaranhado. Eles vão enrolar a CPI? Os senadores garantem que organizaram esses e outros temas com método, em subgrupos, com técnicos competentes sob o comando dos senadores. E que trabalharão durante o recesso na organização desses dois terabytes de informação.

Há um problema. CPI não tem todos os poderes de investigação. Não pode pedir escuta. Não pode fazer delação premiada. Mas, por outro lado, sua função é levantar o maior número possível de indícios, documentos, fazer um relatório sólido e encaminhá-los às autoridades competentes para o inquérito.

A Comissão Parlamentar de Inquérito já prestou um enorme

O emaranhado e o multifoco da CPI

serviço ao Brasil. Abriu cortinas, revelou informações, mudou o olhar do país sobre a dimensão da tragédia que está acontecendo com a pandemia. O governo Bolsonaro era visto antes como uma administração incompetente, que negava a ciência por obscurantismo e que sabotava as medidas de proteção pela "ideologia" antivacina do presidente. A CPI mostrou que é muito pior. O governo Bolsonaro atentou contra a saúde pública porque acreditava que se o vírus fosse disseminado com mais rapidez o país atingiria a "imunidade de rebanho". E isso elevou em centenas de milhares o número de brasileiros mortos.

Só a revelação de que mortes evitáveis foram provocadas por ação ou omissão do governo que seguia uma estratégia mor-

tal já teria sido um trabalho suficiente da CPI. Mas o que foi revelado nas últimas semanas antes do recesso é que há também inúmeras suspeitas de corrupção. Ontem, Bolsonaro fez uma postagem para atacar o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), por um vídeo em que o senador defende a compra da Covaxin. Quando ele gravou o vídeo, não sabia que o governo já havia assinado a compra através de uma empresa, a Precisa, cujo dono, Francisco Maximiano, era sócio de outra companhia acusada de fraude no próprio Ministério da Saúde.

— O importante é menos o ataque (de Bolsonaro) e mais o desrespeito. Ele está em manobra dispersiva. Claramente isso mostra que a gente está na pista certa — disse o senador Randolfe.

Ele conta que sobre a VTCLog o estranho é exatamente encontrar transferências feitas a ela pela Precisa, apesar de não haver uma ligação entre elas:

— São esquememas que dialogam. E funcionava com Elício Franco, os coronéis todos e o Instituto Força Brasil, que mantém sites bolsonaristas.

Os mesmos sites que lucravam divulgando fake news sobre vacinas.

ECONOMIA

Vendas no comércio crescem 10,1% até junho

INDICADOR DA SERASA As vendas no comércio físico brasileiro cresceram 10,1% no primeiro semestre deste ano em relação ao mesmo período do ano passado, apontou o Indicador de Atividade do Comércio da Serasa Experian.

Segundo a empresa de proteção ao crédito, esse foi o maior crescimento semestral desde 2010. No entanto, segundo Luiz Rabi, economista da Serasa, essa alta observada é uma recuperação apenas parcial, “pois não compensa a queda expressiva relacionada a pandemia em 2020”.

A alta foi puxada pelo setor de móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e informática, que cresceram 13,6% no período. Já a retração ocorreu principalmente nos setores de tecidos, vestuário, calçados e acessórios, com queda de 6,5% no período. No entanto, em junho, mês que fecha o semestre, este segmento teve um crescimento expressivo de 30,9%, o que impulsionou o cenário positivo do índice.

A alta, a maior desde 2010, é um recuperação apenas parcial das perdas registradas em 2020

MINISTÉRIO FAZ 'MAIOR LEILÃO' COM BENS DE TRAFICANTE

DEZ LOTES O Ministério da Justiça e Segurança Pública realiza até o próximo dia 22 o que classifica como “o maior leilão da história”, já feito pela Secretaria Nacional de Política Sobre Drogas (Senad).

Os imóveis a serem leiloados pelo ministério estão divididos em um total de dez lotes avaliados em R\$ 80 milhões, entre salas comerciais, terrenos e imóveis urbanos, denominados Estância Colibri e Estância 21, estimada em mais de R\$ 10 milhões.

“Os bens estão relacionados a crimes de lavagem de dinheiro, apreendidos de João Arcajo Ribeiro. Os lances podem ser dados até o dia 22 de julho e acontecem de forma online”, informou o ministério em nota.

“Para viabilizar as vendas, tornando-as mais atrativas, os lances iniciam abaixo do valor avaliado, equivalente a 75% do preço de mercado, e o pagamento pode ser parcelado”, acrescentou a pasta na mesma nota.

Pronampe já emprestou 40% dos recursos

PEQUENAS EMPRESAS Em dez dias de funcionamento, a nova fase do Programa Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Pronampe) já emprestou 40% dos recursos, informou ontem o Ministério da Economia. Dos R\$ 25 bilhões disponíveis, R\$ 10 bilhões haviam sido contratados até o fim da semana passada por cerca de 130 mil empresas. Caso o ritmo se mantenha, o programa esgotará os recursos no início da próxima semana. As informações são da Agência Brasil.

Criado no ano passado para ajudar micro e pequenas empresas afetadas pela pandemia de covid-19, o Pronampe tornou-se permanente neste ano, mas o volume que pode ser emprestado depende da quantidade injetada no Fundo Garantidor de Operações (FGO). Com

Nesse ritmo, todos os recursos disponíveis para empréstimos pelo programa vão acabar na próxima semana

aportes de recursos do Orçamento, o FGO foi criado para cobrir eventuais calotes dos tomadores e facilitar a concessão de empréstimos.

Neste ano, o governo colocou R\$ 5 bilhões no fundo, o que deve garantir R\$ 25 bilhões em empréstimos nesta fase do Pronampe, com a alavancagem (multiplicação de crédito) dos bancos. O governo prevê atender entre 280 mil e 325 mil empresas nesta rodada.

De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), atualmente cerca de 5 milhões de empresas se qualificam para pegar créditos no Pronampe. Caso todos os negócios enquadrados pegassem os empréstimos, seriam necessários de R\$ 160 bilhões a R\$ 200 bilhões para atender a todos os demandantes.

Com a demanda maior que a oferta, os recursos começaram a se esgotar nos ban-

cos que operam o Pronampe. Com R\$ 3,2 bilhões destinados ao programa, o Banco do Brasil emprestou todo o dinheiro em apenas dois dias. O Bradesco também emprestou totalmente a quantidade de R\$ 1,7 bilhão em recursos disponíveis.

No Sistema de Cooperativas Financeiras do Brasil (Sicoob), foram emprestados cerca de R\$ 300 milhões de R\$ 1,2 bilhão disponíveis. Por enquanto, os clientes ainda podem procurar a Caixa Econômica Federal, que tem a maior verba para o Pronampe, no total de R\$ 6,3 bilhões, e os bancos privados Santander e Itaú.

Uma outra opção para os micro e pequenos empresários são os bancos de desenvolvimento. Essas instituições começaram a emprestar mais tarde porque estavam concluindo os testes nos sistemas na primeira semana da nova fase do programa.

CUSTO DE VIDA

6,1%

é estimativa para a inflação oficial do país neste ano feita por agentes do mercado financeiro segundo o Boletim Focus do Banco Central. A projeção está acima da meta de inflação definida para 2021, que é de no máximo de 5,25%.

BRIGAS POR CAUSA DE DINHEIRO

58,4%

dos brasileiros têm nas finanças um motivo de desgaste nas relações familiares, segundo o Índice de Saúde Financeira do Brasileiro, lançado ontem pela Federação Brasileira de Bancos e pelo Banco Central para fornecer à população ferramentas de educação financeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA - BA
AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - PE 013/2021. O Pregão Oficial do Município de Santa Bárbara - Bahia torna pública a Republicação da Licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO PE 013/2021, cujo objeto Contratação De Empresa Especializada Na Futura E Eventual Aquisição De Gás Medicinal, Tipo Oxigênio Para Uso No Hospital Municipal E Ambulâncias Conforme Requisitado Pela Secretaria Municipal De Saúde Conforme especificações e quantitativos constantes neste Termo de referência, edital e seus anexos, para o dia 26 de julho de 2021, às 10:00 (dez) horas, Editais e Anexos disponíveis no site www.licitacoes-e.com.br - Prefeitura Municipal de Santa Bárbara - Ba, situada na Praça Clóoldo Campos, nº 26 - centro, 44.150 - 000, Santa Bárbara - Bahia. Maiores informações pelo Tel.: (71) 3236-2900, ou através do e-mail copelsantabarbara@gmail.com. Este Certame ocorrerá através do site www.licitacoes-e.com.br, código BB nº 864983. Santa Bárbara, 20 de julho de 2021 - Arivaldo Costa dos Santos Junior - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS
HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA. DISPENSA 2-DL-276-2021 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS O Secretário Municipal de Infraestrutura Transporte e Serviços Urbanos de Teixeira de Freitas - PMTF, no uso de suas atribuições legais como Ordenador de Despesas, com visto no Decreto Municipal Nº 2021 tendo em vista a regularidade do processo Nº. 001384/2021, conforme parecer da DISPENSA2-DL-276-2021, tendo como objeto a contratação da CAIXA ECONOMICA FEDERAL para a estruturação do Projeto de Concessão do Sistema de Iluminação Pública do Município de Teixeira de Freitas, com recursos do Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de Concessão e Parcerias Público Privadas - FEP CAIXA, nos termos da Lei Federal nº 13.269/2017 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.360.305/1131-46, no valor total de R\$ 246.780,00 (duzentos e quarenta e seis mil setecentos e oitenta e Freitas) e de Freitas de julho de 2021. FÉSSSE DE CRISTO ALMEIDA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, TRANSPORTE

SECRETARIA DA SAÚDE Estado da Bahia
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 146/2021 - SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - SESAB. A Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - SESAB, com fundamento na Lei Estadual 9.433/2005, visando o conhecimento das empresas interessadas, torna público que receberá propostas objetivando a regular composição do preço estimado da futura licitação que tem como objeto a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES (SONDAS E FILTRO)**. Os interessados deverão apresentar as propostas de preços, entre os dias 20/07/2021 à 23/07/2021, das 08h30min às 17h30min, no prédio da SESAB, na 4ª avenida, nº 400, plataforma VI, térreo, lado "A", Salvador - BA, CEP: 41.750-300, Coordenação de Compras/CEAC ou através do e-mail: rafael.conceicao@saude.ba.gov.br. O termo de referência poderá ser consultado através da página inicial do site <https://www.comprasnet.ba.gov.br>, ou por meio de solicitação via e-mail: rafael.conceicao@saude.ba.gov.br. Maiores esclarecimentos através dos telefones: (71) 3115-9678/4303. Salvador-Bahia, 19 de julho de 2021. Fábio Vilas-Boas Pinto - Secretário da Saúde do Estado da Bahia.

SESAB

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DO CHAPÉU
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO/SRP Nº 052/2021. OBJETO. Seleção das melhores propostas para registro de preço, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de material de higiene e utensílios de enxoval para bebê para atender às Secretarias da Prefeitura de Morro do Chapéu - Bahia. Início da sessão pública: às 09:00 horas do dia 03/08/2021 (horário de Brasília) - no portal www.bll.org.br. O edital e seus anexos estão disponíveis aos interessados gratuitamente no site do Município <http://doem.org.br/ba/morrodochapeu/editalis> e www.bll.org.br. informações com a comissão permanente de licitações, das 8:00 às 12:00 ou pelo tel. (74) 3653-1054. Elber Araújo dos Santos - Pregoeiro. Publique-se.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2021. sessão - dia 04/08/2021 às 09:00horas, na sala da comissão, situada na rua Coronel Dias Coelho, 188 - Centro. Objeto. Contratação de empresa para fornecimento e instalação de vidros e acessórios para atender os prédios públicos pertencentes a diversas Secretarias do Município de Morro do Chapéu-Ba. informações com a Copel, das 8:00 às 12:00 ou pelo tel. (74) 3653-1054. Elber Araújo dos Santos - Pregoeiro. Publique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSÉ DA VITÓRIA
CNPJ N: 16.429.268/0001-83
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2021
O Município, em conformidade com a Lei 8.666/93, Decreto Federal nº 9.412/18 e Decreto Municipal nº 031/18, faz saber, a quem interessar possa, que, estará recebendo, na data de 05/08/2021 às 09:00 hs, proposta de preço, com objeto de Contratação de empresa do ramo de engenharia para a construção de Pavimentação de vias públicas no Município de São José da Vitória/BA, através de recursos do Contrato de Repasse nº 1069870-85/2019, do tipo menor preço global, do interesse da Secretaria Municipal Viações, Obras e Serviços Públicos, tipo menor preço global, informações no e-mail: licitacao.sjv@gmail.com. São José da Vitória-Ba, 20/07/2021, Cristina Reis de Oliveira, Presidente da COPEL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 023/2021
O Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Ibitiara / BA, nos termos da Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/93 e demais legislações correlatas, torna público que no dia 30 de julho de 2021 às 09h00min, fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial do Tipo Menor Preço Unitário. Objeto: Contratação dos serviços especializados de assessoria dentro da política municipal de assistência social, conforme especificações constantes no anexo I. Maiores informações junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, pelo telefone Fone (71) 3647-2151. Divulgação dos demais atos do certame - Diário Oficial: <http://pmbiitara.dofem.com.br/> Manoel L. Gomes. Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE REMANSO/BA
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 043/2021
P.A.Nº 120/2021. OBJ. Registro de Preços para locação de veículos leves. Abertura: 02.08.2021 ÀS 14H. Editais - Fone: (74) 3535-1101, 08 às 14h. Edital disponível: www.portaldecompraspublicas.com.br. Remanso/BA, 19/07/2021. Wanderson Alves dos Santos - Pregoeiro.
P.A Nº 121/2021. OBJ. Registro de Preços para locação de veículos pesados. Abertura: 03.08.2021 ÀS 9H. Editais - Fone: (74) 3535-1101, 08 às 14h. Edital disponível: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://portaldecompraspublicas.com.br). Remanso/BA, 19/07/2021. Wanderson Alves dos Santos - Pregoeiro.
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 045/2021
P.A.Nº 122/2021. OBJ. Registro de Preços para aquisição de veículos. Abertura: 03.08.2021 ÀS 15H. Editais - Fone: (74) 3535-1101, 08 às 14h. Edital disponível: www.portaldecompraspublicas.com.br. Remanso/BA, 19/07/2021. Wanderson Alves dos Santos - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA - BA
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2021. A CPL torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 020-2021, Processo Administrativo nº 315-2021, Tipo MENOR PREÇO GLOBAL. Objeto: contratação de empresa especializada para a elaboração de projetos técnicos de engenharia para o município de Coração de Maria, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, Sessão de Abertura às 16:00 horas do dia 30/07/2021 e será realizada na sala de reuniões da COPEL na Prefeitura Municipal de Coração de Maria, localizada na Praça Araújo Pinho, 14, centro, Coração de Maria - Bahia. Maiores informações através do tel: (75) 32482489 das 08:00 hrs às 12:00 e das 13:30 às 17:00. Os interessados poderão obter o Edital na Prefeitura Municipal de Coração de Maria - BA, na sala da Comissão Permanente de Licitação, das 08:00 hrs às 12:00 hrs, das 13:30 às 17:00 ou através do diário oficial dos municípios na página <http://www.coracoedemaria.ba.gov.br> sendo possível a solicitação através de e-mail licitacaocontrato.pmc@gmail.com.
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 002/2021. A CPL torna público aos interessados que se realizará licitação na modalidade Concorrência Pública nº 002/2021. Processo Administrativo: 284/2021, Tipo MELHOR TÉCNICA E MENOR PREÇO. Objeto: contratação de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo prestação de serviços de publicidade de caráter educativo, informativo e de orientação social, para os órgãos da Prefeitura Municipal de Coração de Maria aos veículos e demais meios de divulgação, bem como as demais atividades complementares. Sessão de Abertura: às 10:00 horas do dia 02/09/2021 e será realizada na sala de reuniões da COPEL na Prefeitura Municipal de Coração de Maria - Bahia, local Praça Araújo Pinho, 14, Centro, Coração de Maria - BA. Maiores informações através do tel. (75) 32482489 e e-mail: licitacaocontrato.pmc@gmail.com das 08:00 hrs às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00. Os interessados poderão obter o Edital na Prefeitura Municipal de Coração de Maria - BA, na sala da Comissão Permanente de Licitação, das 08:00 hrs às 12:00 hrs, das 13:30 às 17:00 ou através do diário oficial dos municípios na página <http://www.coracoedemaria.ba.gov.br>, Coração de Maria, 19 de julho de 2021. Vanessa Mota da Conceição Santos, Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

Serasa: vendas do comércio crescem 10,1% no 1º semestre

ESTADÃO CONTEÚDO

As vendas do varejo físico brasileiro cresceram 10,1% no primeiro semestre de 2021 em relação a igual período de 2020, segundo o Indicador de Atividade do Comércio (IAC) do Serasa Experian. Foi a maior expansão semestral do indicador desde 2010. Nos seis primeiros meses do ano passado, o índice registrou queda de 15,7% em relação ao mesmo período de 2019.

“É preciso levar em consideração que a alta observada é uma recuperação parcial, pois não compensa a queda expressiva relacionada à pandemia em 2020”, avalia Luiz Rabi, economista da Serasa Experian, em nota. “Os números do acumulado de janeiro a junho de 2021 poderiam estar melhores, mas a segunda onda de covid-19 e as restrições de funcionamento impostas ao varejo impactaram a retomada.”

O setor de móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e informática foi o destaque da primeira metade do ano, com expansão de 13,6%, após retração de 18,6% em igual período de 2020. Também registraram crescimen-

to os supermercados, hipermercados, alimentos e bebidas (10,7%, ante -9,2%), veículos, motos e peças (12,1%, de -20,7%) e material de construção (12,1%, ante -14,8%).

Na outra ponta, o Serasa Experian calcula queda das vendas de dois setores do varejo. Tecidos, vestuário, calçados e acessórios tiveram contração de 6,5% no primeiro semestre do ano, após cederem 19,9% em igual período de 2020. Os combustíveis e lubrificantes também registraram retração, de 3,5%, após caírem 10,1% no primeiro semestre do ano passado.

O IAC avançou 1,1% na margem em junho, uma desaceleração em relação à alta de 3,6% apurada em maio. Na leitura mensal, o índice registrou arrefecimento das taxas de supermercados, hipermercados, alimentos e bebidas (1,7% para -2,0%), material de construção (2,4% para -0,4%) e veículos, motos e peças (2,8% para 2,6%).

Outros três setores do varejo tiveram aceleração das vendas no período: móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e informática (0,8% para 2,3%), combustíveis e lubrificantes (-6,8% para 2,7%).

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Dia & Noite
Data: 20/07/2021	Página: 08

Tribuna

ANTÔNIO JOSÉ LARANGEIRA

Crise

Muito preocupante nos meios financeiros de Feira de Santana, o encerramento das atividades de varias agencias bancárias sediadas nesta cidade. Anteriormente o numero delas por banco, tinha uma media três à cinco, o que atendiam razoavelmente o público. Com esta extinção destes postos de trabalho e com o crescimento do auto atendimento, vem diminuindo o numero de bancários. E o pior é que as poucas casas crediticias existentes também reduziram o numero de funcionários. Crise de mercado.



Rui entrega campo do Bariri reformado em Santa Cruz

O Campo do Bariri, no bairro de Santa Cruz, em Salvador, já está recebendo partidas, após ser totalmente reformado pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder), vinculada à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano (Sedur). Na semana passada, já recebeu uma partida solidária na qual foi arrecadada mais de uma tonelada de alimentos. Nesta segunda-feira (19), o governador Rui Costa fez a entrega simbólica do equipamento, junto ao secretário de Desenvolvimento Urbano, Nelson Pelegrino. Ainda em Santa Cruz, Rui visitou o Colégio Estadual Dionísio Cerqueira e a Base Comunitária de Segurança, acompanhado do secretário da Educação, Jerônimo Rodrigues.

O governador destacou

que o campo permite a formação de várias escolinhas de futebol, masculinas e femininas. "Isso aqui é um equipamento que vai além do lazer, significa formação do cidadão, disciplina e respeito às regras. Serve, com certeza, para a formação das pessoas, para continuarem jovens, e para ensinar o jovem que o caminho do bem é o caminho da adrenalina do esporte e da disciplina".

Rui afirmou, ainda, que estão sendo construídos equipamentos esportivos em todas as escolas da rede estadual. "Na semana passada, eu autorizei um investimento de mais de R\$ 26 milhões para a reforma do Centro Panamericano de Judô e para a implantação de campos, pistas de atletismo e piscinas nas unidades da Polícia Militar em toda a Bahia".

Foto- Alberto Coutinho/ Govba



EQUIPAMENTO

Entrega simbólica aconteceu na manhã de ontem

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 19/07/2021	Coluna: Economia



MESMO COM ALTA NA INFLAÇÃO DA CONSTRUÇÃO CIVIL RUI MANTÉM CRONOGRAMA DA PONTE SALVADOR ITAPARICA



19 Julho, 2021

O governador da Bahia, Rui Costa (PT), informou que o cronograma da Ponte Salvador-Itaparica deve ser mantido e que o cronograma da obra seguirá mesmo com a inflação de insumos da construção civil – sobretudo o preço do aço, que dobrou, que o do cimento. Segundo Rui, as elevações devem ser estudadas para serem superadas dentro das cláusulas contratuais. Ele também revelou que as perfurações da obra começam agora em agosto. “A expectativa nossa é que a empresa nossa inicie a sondagem no mar. Para construir a obra, a norma internacional obriga que, por segurança, seja feito um furo para cada pilar da ponte”.

Em entrevista ao portal Bahia Econômica o vice governador João Leão também falou sobre o assunto e afirmou que o contrato por sofrer reajustes a depender do andamento da obra.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 20/07/2021	Coluna: Economia



BASE DE BOLSONARO TENTA REDUÇÃO NO FUNDO PARA R\$ 4 BILHÕES COMO SAÍDA PARA EVITAR BRIGA COM CENTRÃO



20 Julho, 2021

A base do governo no Congresso busca uma saída para Jair Bolsonaro vetar o fundo eleitoral de R\$ 5,7 bilhões sem comprar uma briga com o centrão, principal grupo de apoio ao presidente no Legislativo. Uma solução levada ao Palácio do Planalto e que contou com a simpatia de integrantes do governo envolve o envio de uma mensagem modificativa ao parlamento para alterar a Lei Orçamentária Anual e reduzir o valor destinado a campanhas eleitorais para um patamar próximo de R\$ 4 bilhões.

Assim, Bolsonaro não desagradaria aliados, e criaria o argumento de que conseguiu diminuir o total em quase R\$ 2 bilhões. O fato é que, se isso ocorrer, estará dobrando o valor em relação a 2020. Em conversas reservadas, líderes do centrão dizem que a solução pode ser um bom caminho. Eles lembram que, em 2019, a proposta inicial era para aumentar o fundo de R\$ 1,7 bilhão para R\$ 3,8 bilhões. Ao final, o valor ficou em R\$ 2 bilhões: inicialmente pareceu uma derrota, mas eles conseguiram um acréscimo de R\$ 300 milhões aos recursos dos partidos.

Em entrevista na segunda (19), Bolsonaro sinalizou que deve vetar o aumento no fundo. “É uma cifra enorme, que no meu entender está sendo desperdiçada, caso ela seja sancionada. Posso adiantar para você que não será sancionada”, disse em entrevista à TV Brasil. Fervoroso defensor de Bolsonaro desde que virou ministro, Fábio Faria (Comunicações) questionou nesta segunda (19) o motivo de o Congresso destinar R\$ 5,7 bilhões para o fundo eleitoral enquanto se critica o orçamento, de cerca de R\$ 2 bilhões, necessário para a instalação do voto impresso nas eleições de 2022.

Questionado se houve sinalização pelo veto ao fundo, o ministro disse não poder falar em nome do presidente e cutucou a imprensa. “Se ele vetar, vai sair assim: presidente, sem máscara, veta”, disse em entrevista ao podcast Flow.



BNEWS AGRO

Governo baiano e setor produtivo discutem pacto para fomentar economia no interior; Estado aposta em Polo Agroindustrial



19 de Julho de 2021 às 21:17 Por: Divulgação Seplan Por: Redação BNews

O Polo Agroindustrial e Bioenergético do Médio São Francisco é uma das apostas que o governo da Bahia colocou diante representantes do setor produtivo, em reunião nesta segunda-feira (19), para o desenvolvimento econômico do interior do Estado. O Polo entra em operação no segundo semestre deste ano e **deve gerar 3,5 mil empregos** em Muquém do São Francisco.

O encontro desta segunda, conduzido pelo vice-governador João Leão, secretário do Planejamento, João Leão, iniciou as tratativas para a formatação de um pacto para o desenvolvimento regional da Bahia, integrando o governo estadual e as federações dos diversos setores da economia. A Federação das Indústrias (Fieb), Federação da Agricultura (Faeb), Fecomércio e Sebrae vão compor um grupo de trabalho com as pastas estaduais do Planejamento, Desenvolvimento Econômico, Educação e Agricultura para viabilizar projetos no interior do estado.

"O ponto de partida é o Polo Agroindustrial e Bioenergético do Médio São Francisco e a Fazenda Escola Modelo, em implantação no município de Barra, e o projeto CIMATEC Sertão. Esse comitê multidisciplinar vai debater um ponto de convergência para efetivação de um projeto que integre os setores agro, indústria e serviços para capacitar

mão de obra, atrair novos investimentos e gerar emprego para o povo do interior baiano", afirmou o vice-governador João Leão.

“O polo agrícola de Barra é o novo polo de desenvolvimento agropecuário da Bahia, que tem um potencial extraordinário na cana-de-açúcar, na fruticultura, nos grãos e nada melhor do que uma escola onde todos os setores produtivos estejam envolvidos para buscar um ponto de convergência de uma gestão eficiente e um planejamento sustentável de funcionamento dessa escola, para que através da qualificação e da capacitação possa ajudar na geração de emprego e renda”, destacou o presidente da Federação da agricultura e Pecuária da Bahia (Faeb), Humberto Miranda.

O secretário de Desenvolvimento Econômico da Bahia, Nelson Leal, lembrou de outros investimentos estruturantes que vão ajudar a alavancar o desenvolvimento no estado, como o início das obras da ponte Salvador Itaparica, a conclusão da Ferrovia Oeste Leste (Fiol) e o Polo Agroindustrial. “Temos o tripé econômico que vai transformar a Bahia numa locomotiva da economia brasileira. Esse desenvolvimento só será possível dialogando, planejando e trabalhando conjuntamente com diversos setores. E demos esse passo hoje com a realização desta reunião”.

O secretário estadual de Agricultura João Carlos Oliveira classificou como “de extrema importância” a iniciativa de pensar o desenvolvimento regional a partir de uma “construção coletiva” em sintonia com o trabalho feito na Seagri.

O encontro contou com a presença dos presidentes da Fieb, Ricardo Alban e da Fecomércio, Carlos Andrade, do diretor superintendente do Sebrae, Jorge Khoury, além do diretor de Tecnologia e Inovação do CIMATEC, Leone Peter Andrade e do superintendente da Educação Profissional e Tecnológica da SEC, Ezequiel Westphal.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 19/07/2021	



Ações de preservação do bioma Caatinga recebem investimentos de mais de R\$ 2 milhões do Governo do Estado

19 julho 2021



A preservação do bioma Caatinga é uma das prioridades do Governo do Estado. Por meio do projeto Pró-Semiárido, estão sendo investidos mais de R\$2 milhões em ações junto a comunidades tradicionais de fundo de pasto de 13 municípios do semiárido baiano. A ideia é implementar atividades e tecnologias que assegurem o uso racional da água, da biomassa e da energia gerada a partir da lenha de mata nativa e, com isso, além de preservar a Caatinga, assegurar que as famílias agricultoras acessem renda sem prejudicar o meio ambiente.

“Estamos introduzindo ações para que as famílias possam gerar renda além da pecuária, utilizando a Caatinga em pé como é o caso da apicultura e da meliponicultura. Então, este trabalho de recaatingamento é muito interessante e nos remete à preservação e recuperação de um bioma muito importante e de uma riqueza muito grande”, explica o subcoordenador do Capital Produtivo e de Mercados do Pró-Semiárido, Carlos Henrique Ramos.

Além das atividades de formação dos agricultores sobre o uso da Caatinga, estão sendo separadas e cercadas 20 áreas de 50 hectares cada, para recuperação da mata nativa e introdução de mudas de espécies em extinção. Outra ação importante está relacionada ao conjunto de tecnologias que estão sendo implantadas nas comunidades rurais. A ação é executada em parceria com o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (Irpaa).

Carlos Henrique ressalta que o Pró-Semiárido tem o compromisso de atuar nas mudanças climáticas, tornar mais resilientes os agroecossistemas com o trabalho do recaatingamento, no sentido de incorporar tecnologias que possam ajudar na energia, por exemplo, como biodigestores, fogões ecológicos, placas de energia solar. Ele destaca também a atuação com a gestão da água, a exemplo do sistema de reúso de água cinza e de resíduos totais. “Além disso, nós temos também a introdução de viveiros para que possamos reproduzir mudas para enriquecimento das propriedades e agroecossistemas com plantas nativas, no sentido também da geração de renda futura”, afirma.

Dentro do recaatingamento, está prevista a construção de, pelo menos, 270 fogões ecológicos. Destes, seis já foram instalados no município de Remanso e estão fazendo a diferença na vida das famílias, como salienta a agricultora Finelina Sousa Pereira, moradora da comunidade Lagoa do Garrote: “a minha vida mudou muito, está ótimo. Com a construção do fogão não tem fumaça e diminuí a quantidade de lenha”.

O técnico do Irpaa, Alan Duque, que faz o acompanhamento das famílias, com a construção do fogão, destaca a importância da iniciativa: “A construção desta tecnologia, tão importante, possibilita a melhoria na qualidade de vida das famílias do território, além de ser uma ação de preservação do meio ambiente.

O fogão vem como uma tecnologia para melhorar a qualidade de vida, principalmente das mulheres que estão lidando com o fogão no dia a dia. Além disso, há o relato das próprias famílias sobre o uso de pouca lenha. Então, há um impacto na Caatinga, não só pela diminuição da retirada de lenha, mas também da emissão de gases”, explica o técnico em desenvolvimento produtivo e mercados do Pró-Semiárido, Emanuel Amarante.

Uma outra tecnologia que já está implantada em algumas comunidades e tem assegurado que as famílias tenham condição de manter seus quintais e fazer a melhor gestão da água é a bioágua – um sistema de reúso de águas cinzas (águas utilizadas nas pias da cozinha e banheiro e do chuveiro). A agricultora Soliane Missarele Castro Silva, da comunidade Deodato, município de Casa Nova, conta como a tecnologia mudou a vida da sua família. “O bioágua foi muito importante, pois aqui não tem muita água e eu estou tendo um grande reaproveitamento. Com o bioágua eu irriego as minhas fruteiras, mandioca e as palmas. E o que mudou com isso é porque a gente não está mais comprando as frutas cheias de agrotóxico e eu retiro diretamente da minha horta tudo diretamente pra casa por isso eu estou tendo um grande reaproveito”.

Fonte: Ascom/SDR

Veículo: Gov Bahia	
Data: 19/07/2021	



Novo lote com 314 mil doses da vacina contra a Covid-19 será entregue na noite desta terça-feira

19 julho 2021



Foto: Carol Garcia/GOVBA

No início da noite desta terça-feira (20), a Bahia receberá mais um lote de vacinas contra Covid-19. Serão 314 mil doses da AstraZeneca/Oxford/Fiocruz que chegarão no voo das 18h45, que pousará no aeroporto de Salvador. Serão doses para primeira e segunda aplicação.

Saiba mais: [Confira o vacinômetro e tire dúvidas sobre a Vacinação Contra o Coronavírus na Bahia.](#)

As vacinas serão distribuídas por via terrestre e também em aeronaves do Grupamento Aéreo da Polícia Militar e da Casa Militar do Governador, após conferência da equipe da Coordenação de Imunização do Estado. Elas serão remetidas, exclusivamente, aos municípios que aplicaram 85% ou mais das doses anteriores. Esta foi uma decisão da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), que é uma instância deliberativa do SUS e reúne representantes dos 417 municípios baianos e o Estado.

Com esta nova remessa, a Bahia chegará ao total de 10.222.380 doses de vacinas recebidas, sendo 3.554.400 da Coronavac, 5.373.050 da Oxford/AstraZeneca, 1.040.130 da Pfizer e 254.800 da Janssen.

Fonte: Ascom/Sesab



Mudanças no Imposto de Renda deveriam ser feitas visando a um aumento da arrecadação

Experiência internacional mostra que a redução da tributação das empresas ou não gera crescimento ou não compensa a perda de receita

Bernard Appy*, O Estado de S.Paulo

20 de julho de 2021 | 04h00

Na semana passada o relator do Projeto de Lei (PL) 2.337/21, que trata da proposta do governo de reforma do **Imposto de Renda**, apresentou uma versão preliminar de seu parecer. É verdade que a proposta original do governo estava mal calibrada, mas a solução proposta pelo relator ficou desequilibrada e muito aquém do necessário para solucionar os problemas da tributação da renda no **Brasil**.

De forma geral, o relator apenas fez “bondades” para o setor empresarial, sendo a principal a ampliação da redução da tributação da renda nas empresas (que na proposta original do governo era de 5 pontos percentuais) para 12,5 pontos percentuais.

Como consequência, estima-se que a aprovação da proposta do relator reduziria a arrecadação em cerca de R\$ 30 bilhões por ano, resultado de uma desoneração de R\$ 52 bilhões do Imposto de Renda, parcialmente compensada pela elevação de R\$ 22 bilhões da receita com outros tributos. Vale notar que essa elevação da receita de outros tributos não está garantida, pois depende da aprovação de outros projetos, não constando da proposta apresentada pelo relator.

Um primeiro problema do parecer é a forte redução da arrecadação, pela fragilidade das contas públicas brasileiras. O relator argumenta que o aumento do crescimento resultante da proposta cobriria essa perda de receita, mas esse é um argumento que não se sustenta. A experiência internacional mostra que a redução da tributação do lucro

nas empresas ou não gera crescimento ou, mesmo quando tem algum impacto positivo sobre o crescimento, não compensa a perda de receita decorrente da desoneração.

Mais sério, no entanto, é reduzir a tributação da renda em mais de R\$ 50 bilhões. Há um consenso entre os especialistas de que a composição da carga tributária brasileira é desequilibrada, havendo um excesso de tributação do consumo e da folha de salários e uma tributação insuficiente da renda e do patrimônio. Mesmo que houvesse espaço para alguma redução da carga tributária (o que não é certo), seria muito melhor – inclusive do ponto de vista distributivo e de impacto sobre o crescimento – privilegiar uma desoneração inteligente da folha de salários. É no mínimo estranho que o governo condicione a desoneração da folha à recriação da **CPMF** e, ao mesmo tempo, sinalize concordância com um projeto que reduz em R\$ 50 bilhões a tributação da renda.

Para piorar, nos termos propostos pelo relator, o custo da desoneração recairia quase que completamente sobre os Estados e municípios. Segundo estimativa do **Comsefaz**, da redução de receita de R\$ 30 bilhões, mais de R\$ 27 bilhões seriam arcados pelos entes subnacionais, cujas finanças se encontram estruturalmente muito fragilizadas.

Idealmente, mudanças na tributação da renda no Brasil deveriam ser feitas visando a um aumento da arrecadação – que poderia compensar a redução de outros tributos. No mínimo, o projeto deveria manter a tributação da renda. A maioria dos países que reduziram a alíquota do Imposto de Renda das pessoas jurídicas o fez com medidas que ampliaram a base tributária, por meio da redução de benefícios e medidas antielisivas. O relator, ao contrário, tirou do projeto quase todas as medidas antielisivas propostas pelo governo (que necessitavam ser mais bem avaliadas, mas são importantes), dizendo que serão tratadas num projeto à parte – que, descolado das “bondades”, provavelmente nunca será votado. Tampouco se discutiu um aumento da tributação da renda das pessoas físicas mais ricas e um possível aumento da tributação das aplicações financeiras.

A **reforma da tributação** da renda no Brasil é necessária, e a tributação na distribuição de lucros provavelmente será necessária para um desenho que equilibre da melhor forma possível justiça social e eficiência econômica. Mas esta reforma precisa partir de um diagnóstico adequado dos problemas do sistema atual e de uma avaliação

dos prós e dos contras de diferentes alternativas para solucionar as distorções existentes.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 20/07/2021	Caderno: Economia



Quem parir o monstrengo tributário não o embalará

É preocupante o rumo que a reforma do Imposto de Renda está tomando

Felipe Salto, O Estado de S. Paulo

20 de julho de 2021 | 03h00

A proposta de reforma do Imposto de Renda (IR) contém pontos positivos. No entanto, como de costume, o governo apresentou as ideias e não está dando a batalha no Congresso. Sem o bom debate e o escrutínio técnico, perderá a oportunidade de conduzir essa reforma.

O deputado Celso Sabino formulou texto substitutivo ao Projeto de Lei n.º 2.337, de autoria do Executivo. Sabino propõe a diminuição da alíquota do Imposto de Renda das empresas (IRPJ) de 15% para 2,5%. Manteve a ideia do Executivo de restabelecer a tributação de lucros e dividendos (alíquota de 20%). Originalmente, o governo havia sugerido apenas cinco pontos percentuais a menos no IRPJ.

Nas contas apresentadas no projeto de lei, a redução da alíquota de IRPJ, o aumento da faixa de isenção do Imposto de Renda das pessoas físicas (IRPF), a nova tributação dos lucros e dividendos e as outras mudanças sugeridas teriam efeito fiscal agregado praticamente neutro. Tudo o mais constante, o substitutivo do deputado Sabino, por sua vez, terá efeito negativo. Se o texto substitutivo for aprovado, o governo eleito em 2022 terá uma bomba fiscal nas mãos.

Para ter claro, a combinação de alíquotas proposta por Sabino causará perda líquida de arrecadação ao erário. Isso ocorreria num contexto de déficit público. Não há espaço para fazer cortesia com o chapéu dos outros. Qualquer reforma tributária, neste momento, tem de ser neutra ou positiva para a arrecadação federal. Deve, de

preferência, rever as famigeradas renúncias tributárias, que já custam cerca de oito vezes o orçamento anual do Programa Bolsa Família.

Aliás, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Emergencial, aprovada em março, contém dispositivo para obrigar o governo a enviar um plano de redução dessas benesses tributárias. Já lá se vão quatro meses e nada de o plano ser apresentado. Além disso, o texto da referida emenda constitucional, de n.º 109, não prevê nenhuma punição para o caso (provável) de isso ser engavetado pelo Congresso.

Tributar os lucros e dividendos é, a meu ver, uma medida necessária, mas a calibragem do IRPJ tem de ser feita adequadamente. Há ainda o risco de evasão fiscal na “nova” tributação dos lucros, que poderá erodir as estimativas apresentadas inicialmente pela Secretaria da Receita Federal.

Se não for possível melhorar, que não piorem o sistema tributário – um dos mais complexos do mundo. Estamos anos-luz distantes do padrão dos países avançados – e mesmo de certos emergentes – e temos uma tributação do consumo onerosa e confusa, sobretudo com o ICMS (imposto estadual), recolhido na origem e no destino.

No Imposto de Renda, em que as coisas funcionam razoavelmente, é preciso cuidado na hora de mexer. Há estudos sobre a matéria a serem considerados no debate. Não se pode promover uma reforma do IR atendendo a pleitos aqui e acolá. Antes de tudo é preciso ter um norte. O risco de dar bobagem é elevado. O texto substitutivo mencionado é uma singela evidência disso.

Aliás, já começaram a aparecer aqueles argumentos fajutos – desacompanhados de cálculos ou estudos – do tipo “a arrecadação total vai aumentar, já que a redução de alíquotas estimulará a atividade econômica”. Essa história da carochinha precisa ser aniquilada no nascedouro. A recuperação permanente da arrecadação só virá com crescimento econômico. Crescimento de verdade, não o voo de galinha deste ano.

No andar de cima, os mais ricos reclamam do aumento de carga tributária. Ora, o sistema tributário precisa ser mais progressivo, sim, e a atuação do Estado, mais eficiente. A respeito desse ponto, a carga tributária de 33% do produto interno bruto

(PIB) não tem ajudado a reduzir a desigualdade de renda com a intensidade desejada porque o setor público gasta mal.

Uma reforma para derrubar os custos de *compliance* (cumprimento de obrigações junto aos fiscos) ajudaria a melhorar o ambiente de negócios e estimularia a atividade econômica em médio prazo. Ela deveria ser acompanhada de mudanças do lado das despesas, por meio de um processo orçamentário orientado para resultados, na linha dos estudos do professor Allen Schick, da Universidade de Maryland.

Na Instituição Fiscal Independente (IFI), estamos preparando análise sobre o PL 2.337 e o substitutivo. O ofício que enviei ao secretário da Receita, José Tostes, foi rapidamente atendido, sinal da disposição para o diálogo desta ala do governo. Nestes tempos, algo a enaltecer.

Por ora, é preocupante o rumo que a reforma do Imposto de Renda está tomando. A isenção de IRPF para quem ganha até R\$ 2.500 por mês já era questionável, pelo custo e pela ausência de mexidas nas outras faixas. Mas a demagogia dessa redução insustentável das alíquotas do IRPJ é lamentável. A tributação de 20% dos lucros e dividendos não evitaria um verdadeiro rombo nas contas públicas.

Parem as máquinas. Vamos discutir o assunto com calma ou nascerá mais um monstro tributário para o próximo governo embalar.

**DIRETOR EXECUTIVO E RESPONSÁVEL PELA IMPLANTAÇÃO DA IFI. AS
OPINIÕES NÃO VINCULAM A INSTITUIÇÃO.**

poder

PAINEL

Camila Mattoso
painel@grupofolha.com.br

Velho golpe

A base do governo no Congresso busca uma saída para Jair Bolsonaro vetar o fundo eleitoral de R\$ 5,7 bilhões sem comprar uma briga com o centrão, principal grupo de apoio ao presidente no Legislativo. Uma solução levada ao Palácio do Planalto e que contou com a simpatia de integrantes do governo envolve o envio de uma mensagem modificativa ao parlamento para alterar a Lei Orçamentária Anual e reduzir o valor destinado a campanhas eleitorais para um patamar próximo de R\$ 4 bilhões.

NARRATIVA Assim, Bolsonaro não desagrada aliados, e cria o argumento de que conseguiu diminuir o total em quase R\$ 2 bilhões. O fato é que, se isso ocorrer, estará dobrando o valor em relação a 2020;

APOIO Em conversas reservadas, líderes do centrão dizem que a solução pode ser um bom caminho. Eles lembram que, em 2019, a proposta inicial era para aumentar o fundo de R\$ 1,7 bilhão para R\$ 3,8 bilhões. Ao final, o valor ficou em R\$ 2 bilhões: inicialmente pareceu uma derrota, mas eles conseguiram um acréscimo de R\$ 300 milhões aos recursos dos partidos.

UE Fervoroso defensor de Bolsonaro desde que virou ministro, Fábio Faria (Comunicações) questionou nesta segunda (19) o motivo de o Congresso destinar R\$ 5,7 bilhões para o fundo eleitoral enquanto se critica o orçamento, de cerca de R\$ 2 bilhões, necessário para a instalação do voto impresso nas eleições de 2022.

NEGAÇÃO Questionado se houve sinalização pelo veto ao fundo, o ministro disse não poder falar em nome do presidente e cutucou a imprensa. "Se ele vetar, vai sair assim: presidente, sem máscara, vela", disse em entrevista ao podcast Flow.

PISTAS Parlamentares em Brasília veem as digitais do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha na tentativa de ajudar Bolsonaro na aprovação da obrigação do voto impresso. O ex-deputado, que já declarou voto no presidente em caso de disputa com Lula, tem se movimentado e defendeu o voto impresso em artigo.

SEM CHANCE A decisão sobre o tema ficou para depois no recente no Congresso e a próxima sessão da comissão que debate o voto impresso está agendada para 5 de agosto. Os defensores da mudança tinham maioria até que 11 partidos se uniram contra a proposta. Como mostrou o PAINEL, o grupo teve apoio do Alexandre de Moraes, do STF.

TIROTEIO

“Quer ficar rico? Compre um Pacheco pelo que ele vale e o venda pelo que ele pensa que vale”

De Christian Lynch, doutor em ciência política e professor da UERJ, sobre Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ser candidato à presidência

com Fábio Serapião, Guilherme Seto e Matheus Teixeira

GRUPO FOLHA

FOLHA DE S.PAULO ***

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Redação São Paulo

Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Eliseos | 01202-900 | (11) 3224-3222

Atendimento ao assinante

(11) 3224-3090 | 0800-775-8080

Ombudsman

ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000

Assine a Folha

assine.folha.com.br | 0800-015-8000

	Venda avulsa		Assinatura semestral*
	seg. a sáb.	dom.	
MG, PR, RJ, SP	R\$ 5	R\$ 7	R\$ 742,90
DF, SC	R\$ 5,50	R\$ 8	R\$ 935,90
ES, GO, MT, MS, RS	R\$ 6	R\$ 8,50	R\$ 1.180,90
AL, BA, PE, SE, TO	R\$ 9,25	R\$ 11	R\$ 1.269,90
Outros estados	R\$ 10	R\$ 11,50	R\$ 1.581,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

Documentos da CPI expõem papel de Guedes em atraso das vacinas

Temor fiscal em negociação com Pfizer ajudou a retardar compra de imunizante e abriu porta da Saúde para tratativas suspeitas

William Castanho, Mateus Vargas e Bernardo Caram

BRASÍLIA Documentos da CPI da Covid no Senado expõem contradições da equipe do ministro Paulo Guedes sobre a elaboração da MP (medida provisória) das vacinas. Negacionismo e preocupação com risco fiscal atrasaram a compra de imunizantes com a Pfizer.

A CPI da Covid no Senado quer saber por que um dispositivo que facilitava a aquisição de vacinas da Pfizer e da Janssen foi eliminado da MP publicada em janeiro. Uma das minutas autorizava a União a assumir riscos e custos de eventuais efeitos adversos dos imunizantes, exigência das farmacêuticas.

Em resposta à comissão, a pasta de Guedes disse que só foi chamada a se manifestar na sanção, em março. Porém, documentos mostram a participação do Ministério da Economia em debates de minutos em dezembro.

Planalto e Economia se alinharam contra exigências da farmacêutica americana. Arestistência abriu a portela da Saúde para a série de negociações suspeitas na aquisição de outros imunizantes.

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e Guedes temiam, além de eventuais efeitos colaterais, a ameaça de judicialização. Futuras ações poderiam aumentar o passivo financeiro da União.

A decisão de cortar o artigo retardou o negócio. O contrato com a Pfizer só foi assinado em 19 de março graças a lei de iniciativa do Congresso que permitiu repassar o ônus ao poder público.

Nesse intervalo, um cabo da Polícia Militar negociou com a Saúde para fornecer vacina da AstraZeneca e disse ter recebido pedido de propina de US\$ 1 por dose, a pasta cogitou comprar Coronavac pelo triplo do preço e um servidor relatou pressão atípica na aquisição da indiana Covaxin. Todos os casos foram revelados pela Folha.

O Ministério da Saúde ainda contratou, nesse período, dez milhões de doses da Sputnik a cerca de US\$ 12 por unidade, por meio do laboratório União Química, enquanto governadores do Nordeste compraram a mesma vacina do Fundo Russo de Investimento Direto por cerca de US\$ 10 a injeção.

Em despacho enviado à CPI, o secretário executivo adjunto da pasta comandada por Paulo Guedes, Miguel Ragona de Mattos, afirmou que “a manifestação do Ministério da Economia relativa à referida medida provisória restringiu-se à fase de sanção do projeto de lei de conversão nº 1, de 2021, no sentido de não haver na matéria tratada competência afeta”.

Parecer jurídico da Saúde recomendava a avaliação do dispositivo da responsabilidade da União pelo Ministério da Economia, “eis que a matéria insere-se dentre sua área de competência”. A análise nunca foi feita.

O documento assinado por Marclândia Araújo, coordenadora-geral de Assuntos de Saúde e Atos Normativos do Ministério da Saúde, ainda lembrou que dispositivo equivalente já existia na Lei Geral da Copa, na qual o governo assumiu responsabilidades relacionadas ao torneio e ficou au-



O ministro da Economia, Paulo Guedes, fala com jornalistas durante entrevista coletiva no Congresso Nacional. Adriano Machado - 25.jun.21/Reuters

CRONOLOGIA DA NEGOCIAÇÃO COM A PFIZER
Pedido de audiência (31.jul.20)
Pfizer pede audiência urgente com a Saúde.
País registrava 92,5 mil mortes

Validade de proposta (29.ago.20)
Data-limite da primeira oferta da farmacêutica.
Não há documento entregue pela Pfizer à CPI referente a este dia.
Mortes por Covid-19 passam de 120 mil

Reunião (13.nov.20)
Ministério confirma reunião com a Pfizer para 17 de novembro.
País chega a 165 mil mortos

Contrato assinado (19.mar.21)
Governo assina contratos com Pfizer e Janssen.
País ultrapassa a marca de 290 mil mortos pela doença

torizado a oferecer garantias e contratar seguros.

À Folha o Ministério da Economia afirmou que não foi chamado a emitir um parecer e admitiu, embora não tenha apresentado esta resposta quando questionado pela CPI, a participação em discussões do texto da MP.

A pasta afirmou ainda que não se opôs a garantias e contratação de seguros. O posicionamento entra em choque com depoimentos do ex-ministro Eduardo Pazuello (Saúde) e do ex-secretário-executivo Elcio Franco.

Sob o juramento de falar a verdade, eles disseram que houve impasse entre os ministros. Franco foi além e culpou o time de Guedes.

“Aquele material [artigo da responsabilidade, garantias e seguro] foi retirado do texto dela [a minuta], por falta de consenso, como foi colocado. E foi particularmente do Ministério da Economia”.

O vice-presidente da CPI da Covid, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), afirmou então que Guedes teria de ser convocado. Franco disse se referir à equipe, não ao ministro. O senador cobrou explicações da pasta.

Fontes que acompanharam os debates sobre negociações com a Pfizer relataram à Folha a resistência da Economia. O tema foi tratado por Pazuello, Guedes e Walter Braga Netto (então na Casa Civil), entre outros ministros.

Em uma reunião, ainda antes da elaboração da minuta da MP, Guedes se opunha à cláusula da Pfizer. Para ele, o assunto era privado e deveria se restringir à empresa in-

teressada na venda e a quem aceitasse receber a dose.

Apesar de ter demonstrado oposição à compra por eventuais custos futuros à União, Guedes não apresentou uma estimativa de gastos. A argumentação foi genérica, de acordo com relatos de participantes do encontro.

A conversa entre os ministros não foi conclusiva. O Ministério da Economia afirmou que não comenta reuniões de Guedes com outras autoridades.

Posteriormente, a supressão do artigo pegou de surpresa técnicos da Saúde que trabalharam na elaboração da MP. Eles não foram informados do porquê da mudança.

Já técnicos da Economia dizem que estiveram em reuniões no Planalto sobre o tema. Contudo, negaram ter participado da construção do texto.

Uma fonte afirmou que a pasta chegou a iniciar discussão interna informal sobre o artigo exigido pela Pfizer, mas o debate não prosperou porque o dispositivo teria sido removido do texto antes de qualquer demanda formal.

Em dezembro, os debates foram conduzidos pela Casa Civil. Em paralelo, mais duas MPs estavam em jogo — uma, já editada, tratava da adesão ao consórcio de compra de vacinas Covax Facility e outra, de liberação de recursos.

No dia 14 de dezembro, à noite, na porta do Alvorada, veio a público a ideia do chamado termo de consentimento informado quando Bolsonaro anunciou que editaria a medida para destravar dinheiro para imunizantes.

Continua na pág. A6

poder

Não ao fundo eleitoral de R\$ 6 bi

Cabe à pressão popular tentar reverter mais esse retrocesso

Joel Pinheiro da Fonseca

Economista, mestre em filosofia pela USP

Campanha eleitoral precisa acontecer. Sem ela, ninguém conheceria os candidatos. E campanha custa dinheiro. Portanto, precisará ser financiada de alguma forma. As questões são duas: de onde deve vir esse dinheiro e qual o montante total a ser gasto.

O financiamento exclusivamente privado dá poder em demasia para os maieiros. Oparitário que agrada alguns bilionários teria vantagem sobre o que tivesse uma multidão de pobres. Já o financiamento estatal, apesar de um inevitável

pendor conservador — beneficia a estrutura de poder vigente, quem é maior ganha mais, quem é menor ganha menos —, garante alguma equidade e retira um pouco do peso do poder econômico. É justo que seja preponderante.

Dentre as muitas possibilidades, a que temos não é ruim: financiamento público com possibilidade de doações individuais limitadas. No que diz respeito às regras, nosso sistema é razoavelmente equitativo e abre espaço para legendas novas mas populares con-

seguirem recursos.

Ainda não entramos, todavia, na questão principal: quanto dinheiro a sociedade destinará às campanhas?

Campanha eleitoral é corrida armamentista: não importa muito o quanto se gaste, e sim que seja mais (e melhor) do que o adversário. Se meu adversário gasta R\$ 100 mil, minha campanha de R\$ 1 milhão está de bom tamanho. Se ele gasta R\$100 milhões, o meu milhãozinho é um trocado inútil.

Do ponto de vista do candidato, gastar mais é sempre de-

sejável. Como o político eleito no Brasil tem muito poder nas mãos para ditar os rumos da economia, grandes empresas também têm motivos para entrar na corrida. O gastos são potencialmente sem limites. Em 2014 essa lógica nos levou à corrida mais cara de nossa história: R\$ 5,8 bilhões no primeiro turno.

Na época, fui contra proibição de doações empresariais decidida pelo Supremo em 2015, mas hoje reconheço seu mérito. Saímos da campanha mais cara da história pa-

ra uma eleição bem mais barata em 2018: R\$ 2,9 bilhões. Um ganho social considerável.

O gasto de campanha, do ponto de vista social, é basicamente inútil. Não aumenta a satisfação das pessoas durante a campanha nem deixa um legado positivo para o futuro.

Seus defensores dizem que ele beneficia a sociedade divulgando conhecimento político. Analisando as campanhas vitoriosas das últimas eleições, contudo — a farsa pantagruélica de Dilma em 2014 e a enxurrada de fake news bolsonarista em 2018 —, fica difícil sustentar isso. Para além de informações básicas sobre os candidatos (seus nomes, números e pilulas pelas quais querem ser lembrados), o resto é puro marketing.

Agora, a redução de gastos vai sendo perdida pelo aumento do fundo eleitoral, que, se for mantida a LDO, será de R\$ 5,7 bilhões em 2022. Empresas não

podem doar? Então que o Estado complete o que os cofres partidários perderam.

Vivemos ainda as consequências da crise econômica iniciada em 2014, que foi agravada pela pandemia. O desemprego perto de 15%. Todo mundo aperta os cintos. Além disso, a tecnologia de produção de conteúdo e de divulgação avançou muito. Bolsonaro se elegeu numa campanha comparativamente barata. Por tudo isso, o montante de dinheiro público gasto com campanhas no Brasil — gasto justo e necessário — deveria cair e não aumentar.

Previsivelmente, o governo Bolsonaro, eleito com a promessa fajuta de acabar com a velha política, revelou-se seu exemplar mais descarado e efílogo. Cabe à pressão popular — inclusive daqueles que um dia confiaram no presidente — tentar reverter mais esse retrocesso.

DOM. Elio Gaspari, Janio de Freitas | SEG. Celso R. de Barros | TER. Joel P. da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Reinaldo Azevedo, Angela Alonso, Sílvia Almeida | SÁB. Demétrio Magnoli

Bolsonaro diz que não vai sancionar fundo eleitoral de R\$ 5,7 bilhões

Presidente indica veto a valor aprovado pelo Congresso; em 2019, ele sinalizou barrar, mas recuou

Ricardo Della Coletta e Thiago Resende

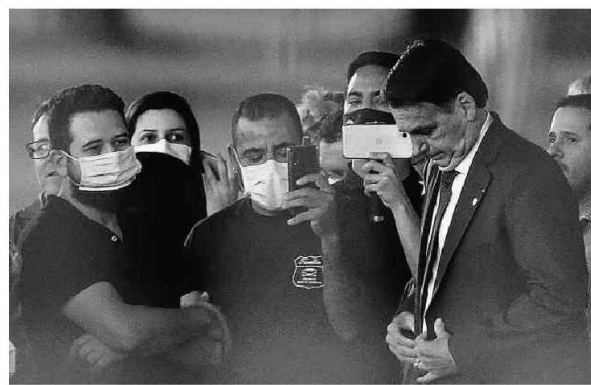
BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro afirmou nesta segunda (19) que não vai sancionar o fundo eleitoral de R\$ 5,7 bilhões aprovado pelo Congresso na semana passada. De acordo com o mandatário, o valor é "astronômico" e poderia ser mais bem empregado em obras de infraestrutura.

"É uma cifra enorme, que no meu entender está sendo desperdiçada, caso ela seja sancionada. Posso adiantar para você que não será sancionada", disse Bolsonaro em entrevista à TV Brasil.

Depois, o presidente disse que "a ideia nossa é vetar esse dispositivo" e que essa é uma "tendência". Se não se manifestar em 15 dias, a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) entra em vigor mesmo sem aval dele, nos termos aprovados pelo Legislativo.

Eventual veto de Bolsonaro tende a provocar insatisfação do centrão, sua base de apoio no Congresso, que pode derrubar a decisão do presidente.

No final de 2019, poucas horas depois de sinalizar que vetaria o fundo eleitoral de R\$ 2 bilhões para 2020, Bolsonaro recuou e acabou dando aval, argumentando que, do contrário, poderia ser alvo de um



Jair Bolsonaro conversa com apoiadores em frente ao Palácio da Alvorada. Adriano Machado/Reuters

processo de impeachment.

"O valor é astronômico. Mais R\$ 6 bilhões para fazer campanha eleitoral. Imagine na mão do ministro [da Infraestrutura] Tarcísio [de Freitas] o que poderia ser feito com esse dinheiro", declarou Bolsonaro nesta segunda, em outro trecho da entrevista.

O presidente afirmou ainda, na mesma entrevista, que um eventual veto ao montante seria algo normal da comi-

vência com o Congresso. Depois de ser categórico e dizer que não sancionaria o valor, ele voltou ao tema e afirmou que essa era uma "tendência".

"Afinal de contas, eu tenho que conviver em harmonia com o Legislativo. Nem tudo que eu apresento ao Legislativo é aprovado e nem tudo que o Legislativo aprova, vindo de nós, eu tenho obrigação de aceitar do lado de cá. A tendência nossa é não sancionar

isso daí em respeito ao trabalhador, ao contribuinte brasileiro", declarou Bolsonaro.

A verba votada pelos congressistas, destinada para o financiamento de campanhas, representa quase o triplo do que foi usado no pleito de 2020 (R\$ 2 bilhões) e nas eleições gerais de 2018 (R\$ 1,7 bilhão).

Agora, o presidente tem sobre sua mesa a tarefa de decidir se corrobora o discurso público dele e de aliados e vota o

fundo inflado ou se engaveta essa retórica e atende ao desejo dos congressistas.

O fundo eleitoral foi aprovado de forma acelerada pelo Congresso, em meio às discussões da LDO. O relatório do projeto da lei orçamentária foi apresentado na madrugada de quinta-feira (15), aprovado em comissão do Legislativo pela manhã e, depois, à tarde no plenário do Congresso.

Novo, PSOL, Cidadania e Podemos se manifestaram contra o aumento do fundo eleitoral na Câmara. Mas isso não foi suficiente para barrar a ampliação bilionária dos gastos com campanha eleitoral.

A estratégia de parlamentares foi estabelecer um cálculo mínimo para o fundo. Isso impede que o governo envie, no fim de agosto, uma proposta de Orçamento de 2022 com patamar abaixo do defendido por caciques partidários.

Durante as discussões na quinta, o governo não tentou barrar a votação.

Aliados do ministro da Economia, Paulo Guedes, defendiam que o valor ficasse no patamar de anos anteriores, próximo de R\$ 1,8 bilhão. A ampliação do fundo desagradou a área econômica, que já enfrenta dificuldade de atender à demanda de recursos por parte de diversos ministérios.

O texto aprovado pelo Congresso permite o veto apenas ao artigo que prevê um piso mínimo para o fundo. É possível, portanto, vetar esse trecho, e ainda garantir a existência do fundo em 2022, com valor a ser negociado.

Se o governo optar pelo veto, ainda existirá uma reserva de parte do Orçamento para bancar a campanha, mas o valor seria definido pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e somado a uma parcela das emendas de bancada (verba destinada por grupo de parlamentares de cada estado).

O presidente passou por situação parecida na discussão do Orçamento de 2020.

A época, Bolsonaro chegou a indicar que vetaria o fundo de R\$ 2 bilhões com verba pública para financiar as campanhas. A sinalização foi feita após ele ter sido cobrado por eleitores nas redes sociais.

Pouco depois ele recuou. Disse que um eventual veto poderia levar a um processo de impeachment e sancionou o texto sem modificações.

Nesta segunda, o vice-presidente Hamilton Mourão (PRTB) afirmou que, se a decisão fosse dele, vetaria o fundo de quase R\$ 6 bilhões.

"Eu vetaria", disse Mourão a jornalistas, na entrada do gabinete da Vice-Presidência.

Ele também considerou o valor aprovado pelos congressistas como exagerado.

"Principalmente quando há pouco nós aqui tivemos uma situação difícil no governo para conseguir fazer um rescaldo de R\$ 1 bilhão para que as obras não parassem. Então aí você tem a gordura de uns R\$ 3 bilhões, tranquilamente, que poderia ser melhor empregada", disse o vice.

Presidente admite derrota do voto impresso na Câmara e cogita não disputar eleições em 2022

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) afirmou, nesta segunda (19), acreditar que a PEC do voto impresso não será aprovada pela Câmara e sugeriu que, no sistema atual, pode não participar das eleições do ano que vem.

"Eu não acredito mais que passe na Câmara o voto impresso, tá? A gente faz o possível. Vamos ver como é que fica aí", disse Bolsonaro na noite desta segunda, em conversa com apoiadores em frente ao Palácio da Alvorada. A declaração foi transmitida por um site bolsonarista.

Bolsonaro defende a adoção de um sistema de voto impresso nas eleições de 2022, sob o argumento de que as urnas eletrônicas seriam passíveis de fraude. Ele nunca apresentou provas da acusação.

A bandeira levantada pelo chefe do Executivo é rechaçada pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e por diversos líderes partidários. De acordo com críticos, o discurso bolsonarista de que as urnas não seriam seguras pode abrir brecha para que Bolsonaro conteste o resultado das eleições.

Tramita na Câmara dos Deputados uma PEC (proposta de emenda à Constituição) que estabelece a impressão em papel de comprovante do voto dado na urna eletrônica. O texto atualmente enfrenta forte resistência numa comissão especial na Câmara.

Mesmo que avance nessa comissão, para aprovar uma PEC são necessários ao menos 308 votos na Câmara e 49 no Senado, em dois turnos. Para valer já em 2022, a propos-

ta teria que ser promulgada até o início de outubro.

Ou seja, as chances de a proposta prosperar para o próximo pleito eram remotas mesmo antes da fala de Bolsonaro admitindo a provável derrota.

Mais cedo, o presidente sugeriu que pode não participar das eleições do ano que vem.

"Eu entrego a faixa para qualquer um, se eu disputar a eleição, né? Se eu disputar, eu entrego a faixa para qualquer um. Uma eleição limpa", disse Bolsonaro.

"Agora, participar de uma eleição com essa urna eletrônica... Alguns falam: 'Ah, o Bolsonaro foi reeleito tantas vezes com o voto eletrônico.' O presidente também voltou à carga com novas acusações sem provas sobre a urna eletrônica. Ele declarou que a

ausência da modalidade do voto impresso — chamado por ele de eleição auditável — configuraria uma fraude.

"As mesmas pessoas que tiraram o [ex-presidente] Lula da cadeia e [o] tornaram elegível vão contar os votos dentro do TSE de forma secreta. As mesmas pessoas", disse Bolsonaro a apoiadores. "O pessoal diz que eu estou ofendendo o ministro [o presidente do TSE, Luís Roberto] Barroso. Não estou ofendendo, estou mostrando a realidade."

Pesquisas de opinião indicam favoritismo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas eleições de 2022, enquanto apontam piora na popularidade de Bolsonaro. Ricardo Della Coletta, Daniel Carvalho e Danielle Brant

Irmão de deputado diz que não guardou mensagens do celular

BRASÍLIA O servidor do Ministério da Saúde Luís Ricardo Miranda disse em depoimento à Polícia Federal que não tem cópia das mensagens que sustentam, mostram pressão de dirigentes da pasta pela compra da vacina indiana Covaxin.

Ouvindo na semana passada no inquérito que apura irregularidades no processo de aquisição do imunizante, Ricardo disse que trocou o celular e não fez backup. A informação foi revelada pelo jornal O Globo e confirmada pela Folha.

Ele reforçou à PF o relato feito no mês passado à CPI da Covid, segundo o qual durante o processo de compra ele recebeu diversas mensagens e ligações de seus superiores.

Ricardo e o irmão, o deputado Luís Miranda (DEM-DF), afirmaram que, no dia

20 de março, o presidente Jair Bolsonaro foi alertado sobre as suspeitas envolvendo a negociação da Covaxin. As declarações da dupla sobre a Covaxin arrastaram Bolsonaro ao centro das atenções da CPI.

À PF, o servidor público disse que o chefe do Executivo fez anotações, inclusive nomes. O parlamentar também será ouvido pela polícia.

"Apesar de meu irmão não ter o aparelho antigo, todas conversas ele printou, ele encaminhou para mim. Provas existem. E eu quero colaborar. Vou entregar tudo que for necessário para contribuir com a investigação", disse à Folha.

"Tudo aqui que meu irmão não tem mais ele me mandou na época. Eu tenho. Não tem nada deletado aqui. Na PF eu entrego tudo", afirmou. Marcelo Rocha

mercado

Mercado desperta para o avanço da variante delta, e Bolsas desabam

NY tem pior dia desde outubro sob o temor de novas restrições; dólar sobe 2,6%, maior alta em 10 meses

Isabela Bolzani e Douglas Gavras

SÃO PAULO A disparada de novos casos de coronavírus causados pela variante delta trouxe um dia de sangria para os mercados do Brasil e do mundo. O temor de que novos lockdowns sejam necessários e o risco de que a recuperação econômica demore a acontecer deixaram a maioria das Bolsas no vermelho e elevaram a busca pelo dólar.

O recuo nas ações, que veio depois de meses de ganhos constantes em mercados do mundo todo, também refletiu preocupações de que o crescimento econômico gerado pela reabertura de indústrias depois do fechamento no ano passado possa atingir o pico justamente quando o inflação aumenta na Europa e nos EUA.

"As valorizações e o sentimento alcançaram altas extremas de crescimento", disse Ewout van Schaick, diretor de investimento em multiativos na NN Investment Partners. "Agora, é claro, o renascimento do vírus está causando incerteza sobre o progresso econômico nos próximos meses."

O estado de Nova York registrou, no sábado do (17), mais de mil casos de Covid em um dia pela primeira vez desde meados de maio, enquanto Austrália e Vietnã lutam contra o aumento das infecções. Singapura endureceu as restrições de distanciamento, e Tóquio vive um surto de coronavírus, nas vésperas da Olimpíada.

A Inglaterra levantou a maioria das restrições ligadas ao coronavírus nesta segunda (19), enquanto mais de 500 mil pessoas, incluindo o primeiro-ministro Boris Johnson, foram instruídas a se isolarem depois de entrar em contato com pessoas infectadas.

No Brasil, o Ibovespa encerrou esta segunda em queda de 1,24%, aos 124.394 pontos, no menor patamar desde maio. O volume financeiro da sessão somou R\$ 29,2 bilhões.

Para o estrategista da Davos Investimentos, Mauro Morelli, apesar do mau humor nos mercados, o movimento ainda não pode ser visto como uma reversão da alta que as Bolsas vinham apresentando.

"Houve uma realização [de lucros] bastante forte. Os mercados estavam em máximas históricas, e isso não deve ser considerado algo fora do normal. Além disso, apesar de existir uma crescente preocupação em relação ao au-

mento do número de casos por causa da variante delta, o assunto não é novo. Acredito que ainda não é uma reversão de tendência, mas sempre temos que ter um pouco mais de atenção", afirmou.

As ações ordinárias (com direito a voto) da Petrobras caíram 1,03%, e as preferenciais (sem direito a voto), 1,57%.

O movimento veio na esteira do tombo do petróleo Brent, padrão internacional de petróleo, após a Opep+ (Organização dos Países Exportadores de Petróleo e aliados) ter fechado um acordo para o aumento da produção — o que reforçou o viés negativo nos mercados em meio a preocupações quanto a um excesso de oferta da commodity. O Brent caiu 6,75%, para US\$ 68,62.

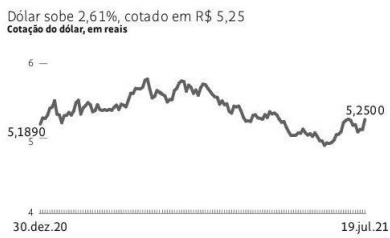
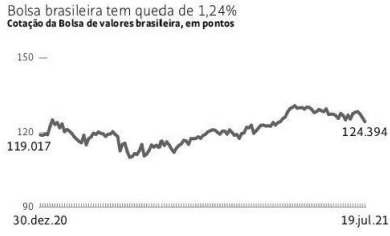
O tom negativo predominou nas Bolsas americanas e europeias. Em Wall Street, os índices Dow Jones, S&P 500 e Nasdaq encerraram a sessão (19) em quedas de 2,09% (a maior desde outubro), 1,59% e 1,06%, respectivamente.

As ações europeias, por sua vez, fecharam em queda de mais de 2% e tiveram sua pior sessão em nove meses. Estendendo as perdas da semana passada, o índice pan-europeu Stoxx 600 caiu 2,3%, com todos os setores no vermelho. A maior queda entre os índices europeus foi registrada pela Bolsa de Milão — 3,34%. A de Frankfurt caiu 2,62%, a de Londres, 2,34%, e a de Paris, 2,54%.

Os preços das commodities também baixaram, e investidores procuraram o porto seguro dos títulos do governo dos EUA. Isso ajudou a elevar o rendimento do papel do Tesouro de dez anos a seu nível mais baixo em seis meses, prolongando uma mudança no sentimento do investidor enquanto temores de inflação disparada davam lugar a preocupações progressivas sobre a manutenção do crescimento nos EUA, agravadas pela disseminação da variante delta.

"A percepção do mercado é que estamos nos movendo de uma clara recuperação em forma de 'V' para algo muito mais incerto", disse Mohamed Kazmi, gerente de portfólio na Union Bancaire Privée. "A esperança era que as vacinas nos oferecessem o fim do jogo. Agora os investidores estão olhando para o Reino Unido, e há um certo medo com relação a reabrir o comércio agressivamente quando os casos continuam tão altos?"

Bolsas caem em dia de aversão ao risco



O dólar, por sua vez, subiu 2,61%, para R\$ 5,25, maior valorização diária em dez meses.

Na visão dos economistas, um agravamento da pandemia com a variante delta poderia colocar em risco o princípio de recuperação que o Brasil experimenta neste ano.

No primeiro trimestre, o PIB avançou 1,2%, e, embora essa retomada ainda não se faça sentir por boa parte da população (em um cenário de desemprego e inflação elevados), o avanço na vacinação contra a Covid-19 tinha elevado as expectativas para a atividade econômica.

Para José Julio Senna, ex-diretor do Banco Central e chefe do Centro de Estudos Monetários do Ibre/FGV (Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas), com as incertezas da pandemia, é como se a economia caminhasse arrastando uma bola de ferro, que dificulta a recuperação.

"Não conseguir uma recuperação sem percalços da economia mundial e da brasileira em um horizonte próximo. Pelo visto, estamos vendo um ressurgimento de casos, que funciona como inibidor da economia, e em alguns momentos vamos tomar sustos."

Senna lembra que incerteza e insegurança são as fontes dos problemas atuais e fatores inibidores de investimentos e de gastos das famílias.

O economista Pedro Fernando Nery tem uma visão semelhante. Para ele, a variante representa um risco relevante para a recuperação, no momento em que as coisas pareciam melhorar.

"Já estamos com um desemprego elevado, e a população sofrendo com a falta de renda e o aumento dos preços. É uma situação dramática, que não observamos em 2020, por causa do auxílio emergencial mais robusto, mas ficamos sem auxílio em boa parte deste ano e ele voltou reduzido."

"As novas variantes podem conter um pouco do crescimento mundial", avalia a Rio Bravo. A consultoria lembra que o fato de o Brasil ter cerca de 15% de sua população completamente protegida é insuficiente para garantir a imunidade coletiva que permitiria a reabertura completa.

Segundo a consultoria, também pesam os gargalos nas cadeias de produção, que começam a afetar as projeções de crescimento no mundo.

Mais curta da história, recessão da Covid nos EUA durou 2 meses

LONDRES | FINANCIAL TIMES A recessão nos EUA causada pela pandemia de coronavírus durou dois meses, o que faz dela o declínio mais curto já registrado.

O NBER (na sigla em inglês, Bureau Nacional de Pesquisa Econômica, que é considerado o juiz oficial de quando ocorreram recessões e quanto tempo duraram) disse nesta segunda (19) que a economia americana atingiu o fundo em abril de 2020. A recessão começou em fevereiro, quando a atividade econômica atingiu o pico antes do início dos fechamentos de negócios pela Covid-19.

A segunda recessão mais curta identificada pelo órgão foi um recuo de seis meses no início dos anos 1980.

O método para medir a duração de uma recessão acompanha a quantidade de tempo entre o pico e o buraco da economia. O grupo comentou que não identifica em que ponto a economia entrou em recessão ou expansão. "Ao determinar que um buraco ocorreu em abril de 2020, o comitê não concluiu que a economia voltou a operar em capacidade normal."

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves

Folha e Ibre/FGV avaliam força da retomada econômica
O avanço da vacinação e as notícias positivas na economia vêm animando consumidores e investidores, embora ainda haja cautela sobre os rumos da pandemia e da inflação. O cenário é sustentável? Para responder a essa pergunta, a **Folha** e o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas realizam seminário online a partir das 10h30 desta quarta (21) sobre os principais fatores positivos que podem acelerar a economia, assim como os possíveis retrocessos à frente. Participam do encontro Sílvia Matos, pesquisadora do Ibre/FGV e coordenadora do Boletim Macro Ibre, José Márcio Camargo, professor da PUC-Rio e economista-chefe da Genial Investimentos, e Lívio Ribeiro, pesquisador associado do Ibre/FGV. A moderação será do repórter especial da **Folha** Fernando Canzian.

VOCÊ SABIA?

COM OS APPS DA FOLHA VOCÊ CONTA COM A NOSSA EDIÇÃO PARA SABER O QUÊ É RELEVANTE.

O assinante pode acessar os apps da Folha e ter grandes benefícios, como dar acesso grátis a até 5 pessoas ao mesmo tempo, tudo com a nossa curadoria para você saber o que é mais relevante no momento.

Tenha a Edição Folha (igual a sua edição impressa + caderno digital especial) mais conteúdo em tempo real no seu celular ou no seu computador

PORE APENAS

R\$ 4,90 NO PRIMEIRO MES

2º ao 6º mês R\$ 19,90;
7º mês em diante R\$ 49,90

Para assinar, acesse folha.com/digitalpremium

FOLHA ***

EDIÇÃO FOLHA

FOLHA ***

TEMPO REAL

Disponível no Google Play

Disponível na App Store

FOLHA100

mercado

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painsa@grupofolha.com.br

Contágio

A porcentagem de resultados positivos da Covid-19 em testes rápidos vendidos nas farmácias caiu para o seu segundo menor patamar neste ano, segundo levantamento da Abrafarma, associação que reúne grandes redes de drogarias. De 5 a 11 de julho, foram cerca de 40,5 mil casos da doença detectados pelos exames, o que representa quase 19% dos testes realizados. O percentual só é maior do que o registrado na segunda semana de janeiro deste ano.

PULMÃO No entanto, os dados da Abrafarma mostram que a parcela de infectados cresceu em 14 estados ante a última semana de maio, quando houve um pico na procura por testes e no volume de resultados positivos. Segundo a Abrafarma, as novas variantes da Covid podem agravar esse cenário. Alagoas, Paraíba, Goiás, São Paulo e Rio de Janeiro estão entre os locais de alta.

TUJOLO A Anamac, associação que reúne os grandes varejistas de materiais de construção, vai dar o nome para um novo banco digital do setor, chamado Anamac Bank. O foco inicial são os lojistas, mas o objetivo é atender, no médio prazo, indústrias, profissionais ligados às lojas e, por fim, os clientes, de acordo com a entidade.

SALDO A expectativa, afirma o presidente da associação, Geraldo Defalco, é alcançar 10 mil usuários até o fim deste ano. Segundo ele, a fintech visa atender a demanda dos empresários do setor, quase 70% de micro e pequeno porte.

EXTRATO "A ideia de independência financeira não é abandonar os grandes bancos radicalmente, mas encontrar um caminho mais fácil de acesso a crédito, serviços e produtos", diz Defalco.

GELO A fabricante americana de sorvetes Ben & Jerry's anunciou nesta segunda (19) que vai deixar de vender seus produtos em áreas ocupadas por Israel porque, segundo ela, é algo "inconsistente com seus valores". A marca, que pertence à Unilever, tem sido pressionada por consumidores para se posicionar sobre o agravamento do conflito entre Israel e Palestina.

FREIZER A Unilever também se posicionou. Disse que o conflito é complexo e que ela segue comprometida com sua presença em Israel. "Reconhecemos o direito da marca e de seu conselho independente de tomar decisões relacionadas à sua missão social", afirmou a empresa. O movimento da Ben & Jerry's foi criticado pelo primeiro-ministro israelense Naftali Bennett nas redes sociais. Ele disse que foi uma decisão moralmente errada.

com Mariana Grazini e Andressa Motter

INDICADORES

JUROS	Jul., em % ao mês	Mínimo	Máximo
	7,73	8,00	7,89

Fonte: Procon-SP

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA	Competência julho
Autônomo, empregador e facultativo	Valor mín. R\$ 1.100,00 20% R\$ 220,00
	Valor máx. R\$ 6.433,57 20% R\$ 1.286,71

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo podem contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem receber sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recebe por conta própria venceu em 15 jul.

MEI (Microempreendedor)	Valor mín.	R\$ 1.100	5%	R\$ 55,00
-------------------------	------------	-----------	----	-----------

Assalariado	Alíquota
Até R\$ 1.100	7,5%
De R\$ 1.100,00 a R\$ 2.203,48	9%
De R\$ 2.203,49 a R\$ 3.305,22	12%
De R\$ 3.305,23 a R\$ 6.433,57	14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado venceu em 20 jul. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição

PROTESTO A aprovação da proposta que quase triplica o Fundo Eleitoral para R\$ 5,7 bilhões vai ser uma das pautas da manifestação contra o governo marcada para sábado (24), segundo Ricardo Patah, presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores).

COFRE "É estranho, em um momento tão adverso, tanto na saúde quanto no desemprego, os valores serem ampliados assim", diz Patah afirma que a pressão é importante porque ele acredita que o presidente Jair Bolsonaro, para não comprar briga com o Congresso, deve sancionar o projeto. Outros temas na pauta do protesto são: vacinas, fome, contestação de reforma administrativa e privatizações.

TOMADA A Abraceel (associação dos comercializadores de energia) levou ao ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, uma proposta para flexibilizar o critério de entrada na mercado livre de energia na crise hídrica para estimular a redução de consumo.

FO Pela proposta, o consumidor que estiver abaixo da faixa exigida para entrar no mercado livre poderia acessá-lo, desde que assumisse o compromisso de reduzir 20% do consumo médio ou do pico de demanda nos próximos meses. Hoje, para entrar no mercado livre, o consumidor, de alta tensão, deve ter demanda igual ou superior a 500 kW.

APAGUE A LUZ Segundo a entidade, o projeto, que alcançaria indústrias e comércios de médio porte, seria vantajoso para as empresas, que pagariam em média 30% menos pela energia. O objetivo é poupar energia suficiente para abastecer mais de cinco milhões de residências, segundo a entidade.

VERDE O Pão de Açúcar começou a usar vans e triciclos elétricos para entregar compras feitas no seu app e site. A frota tem autonomia de 300 quilômetros e pode fazer até 30 entregas por dia. Por ora, está disponível nas regiões dos Jardins, em São Paulo, e no Leblon, no Rio. A prática já foi adotada por empresas como Botanic e Coca-Cola, que usam caminhões elétricos nas entregas.

IMPOSTO DE RENDA	Em R\$	Alíquota, em %	Deduzir, em R\$
Até 1.903,98			
De 1.903,99 até 2.826,65		7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05		15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68		22,5	636,13
Acima de 4.664,68		27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS	Considerando o piso na capital e Grande SP	R\$ 1.296,32	Valor, em R\$
Empregado		116,66	
Empregador		259,26	

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vencer em 7 jul. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 9% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do doméstico pode ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% e 9%. Para salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS

Taxação de dividendos sofre pressão de médicos, advogados e indústria

OAB quer inserir na reforma do IR isenção para todas as profissões regulamentadas por lei que atuam por meio de pessoa jurídica

Fábio Pupo e Bernardo Caram

BRASÍLIA A taxação de dividendos, um dos pontos de maior impacto no projeto de lei que altera o Imposto de Renda, está sob ataque de diferentes entidades setoriais.

Categorias como advogados e médicos, além de representantes da indústria e até do mercado financeiro, querem flexibilizar a proposta para contar com isenções parciais ou integrais no uso do instrumento.

De acordo com os cálculos da Receita Federal, a tributação de 20% dos dividendos (somada ao fim da dedutibilidade dos juros sobre capital próprio) é o item que mais gera arrecadação na proposta do governo (mais de R\$ 32 bilhões anuais aos cofres públicos a partir de 2023).

Uma desidratação nesse ponto desequilibraria ainda mais a proposta, cujo impacto líquido nas contas públicas é negativo em quase R\$ 30 bilhões por ano.

A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) planeja intensificar sua articulação no Congresso para criar uma proteção aos profissionais liberais, para que os dividendos recebidos por eles não sejam tributados.

Pela proposta do governo e do relator, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), o instrumento passaria a ser cobrado tanto nesses casos como para investidores do mercado financeiro (ao investir na Bolsa, por exemplo).

Eduardo Maneira, presidente da Comissão Especial de Tributação da OAB, afirma que a ideia é inserir a isenção para todas as profissões regulamentadas por lei que atuam por meio de pessoa jurídica — o que abrange profissionais liberais como médicos e advogados, além de engenheiros, veterinários, e outros casos. "Tem que haver uma tributação diferenciada", afirma.

A OAB afirma que a taxação sobre os profissionais acabaria estimulando o uso de artifícios contábeis como o registro de despesas pessoais (como viagens ou jantares) nas contas da empresa, para reduzir o cálculo de tributação dos dividendos.

Para Maneira, se o objetivo é tributar mais esses profissionais, o melhor caminho seria diretamente as alíquotas cobradas das firmas (não da pessoa física acionista).

Outro pleito da OAB é que a isenção de R\$ 20 mil por mês seja estendida a empresas de todos os tamanhos (na atual proposta, o benefício vale apenas quando o dividendo é pago por micro e pequenas empresas).

Segundo Maneira, profissio-

onais podem ter o mesmo lucro mensal em tamanhos diferentes de empresas, e por isso ele critica a diferença de tributação a ser gerada pela proposta. "Ou a regra vale para todos ou é injusta", disse.

Ele nega que a flexibilização estimularia pejoitização porque, em sua visão, profissões como a de advogados precisam atuar muitas vezes em sociedade. "Pejoitização é fraude na legislação trabalhista", afirma.

O relator da proposta afirmou na semana passada que pretende ampliar a isenção para todas as empresas, mas, em contrapartida, reduziria a faixa de isenção de R\$ 20 mil para R\$ 2,500 mensais.

O Cremesp (Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo) enviou carta pública ao Ministério da Economia e aos presidentes Rodrigo Pacheco (DEM-MG), do Senado, e Arthur Lira (PP-AL), da Câmara, contra a taxação de dividendos.

"O Cremesp não considera nada razoável, sob qualquer ângulo econômico, um projeto que revogue a isenção de dividendos e afete diretamente as pessoas jurídicas médicas, que fazem suas retiradas, justamente, em cima dos lucros dos seus negócios", afirma a entidade.

Também entre os investidores há pedidos de mudanças. Além de a tradicional reclamação sobre a taxação de dividendos representar uma cobrança dupla (porque tributaria recursos distribuídos a partir do lucro da empresa, já tributado), alterações mais específicas são solicitadas.

O ministério tem recebido, por exemplo, demandas para isentar a cobrança de dividendos nas carteiras dos fundos de investimento.

Guedes tem defendido a cobrança sobre dividendos como uma forma de alcançar os mais ricos, embora ele mesmo tenha flexibilizado sua proposta em parceria com Sabino.

"A tributação de dividendos é uma fonte muito bem-vinda do ponto de vista de justiça social. Taxar os super-ricos e financiar a redução de imposto para os assalariados e o fortalecimento do Bolsa Família", afirmou.

No substitutivo elaborado por Guedes em parceria com o relator, passou a ser isenta a transferência de dividendos entre empresas do mesmo grupo e recursos distribuídos a empresas familiares, usados por pessoas mais ricas para planejamento tributário e sucessório.

Embora tenha acalmado parcialmente os ânimos de empresários com um corte mais intenso no IR da pessoa

+
DIVIDENDOS NA REFORMA DO IR
Como é
A distribuição dos dividendos a acionistas é isenta

Como ficaria
Tributados em 20% na fonte. Haverá uma isenção para até R\$ 20 mil por mês, mas desde que a pessoa física receba de micro ou pequena empresa

Versão do relator
O deputado Celso Sabino (PSDB-PA) manteve os termos propostos pelo governo, mas retirou a cobrança de dividendos quando a distribuição ocorrer entre empresas do mesmo grupo

jurídica (de 15% para 2,5% na alíquota base), o relator continua recebendo demandas setoriais com pressão por novas alterações.

Representantes da indústria, por exemplo, se reuniram com Sabino no fim da última semana e agora preparam um parecer técnico sobre o texto, com sugestões de ajustes. Eles querem isenção de dividendos também para companhias colgadas — quando há um percentual de participação sem que haja controle. Novas mudanças também estão em negociação para garantir a adesão de mais empresas ao lucro presumido (modalidade simplificada de apuração do imposto).

O setor de alimentação, com bares, restaurantes e supermercados, teve reunião com Sabino nesta segunda-feira (19) e pediu ajuste no ponto do projeto que elimina a possibilidade de empresas deduzirem o vale-alimentação da base de cálculo do Imposto de Renda.

"Isso gera um certo receio no setor. A linha apresentada pelo setor é de ajuste para encontrar uma calibragem que não seja prejudicial a um programa que hoje garante o alimento ao trabalhador e, ao mesmo tempo, é uma fonte de investimento", disse o coordenador da Frente Parlamentar do Comércio, Serviços e Empreendedorismo, deputado Efraim Filho (DEM-PB).

O congressista afirma ainda que o corte de subsídios proposto pelo relator para compensar a perda de arrecadação da proposta pode enfrentar dificuldades no Congresso Nacional.

O parecer reduz incentivos tributários às indústrias química, farmacêutica, de cosméticos e de embarcações e aeronaves, além de termoeletrônicas.

"O custo Brasil é muito alto. Tem que procurar meios para compensar o corte de imposto, mas não dá para essa compensação inviabilizar alguns setores", afirmou.

O deputado Bohn Gass (PT-RS), líder do partido na Câmara, afirma que a cobrança sobre dividendos é o principal ponto de concordância com a proposta em discussão. Mesmo assim, ele disse que estará aberto ao diálogo com todos os potenciais afetados e que a reforma não tributa os realmente mais ricos.

"Omundo inteiro está mostrando que tem que cobrar dos super-ricos e sobre patrimônios. Isso está longe de ser cobrado nessa reforma. Acha-mos que tem que ter mais progressividade", disse.

Embora tenha acalmado parcialmente os ânimos de empresários com um corte mais intenso no IR da pessoa

Secretário descarta racionamento de energia, mas afirma que 'decisões difíceis' terão de ser tomadas

Leonardo Augusto

BELO HORIZONTE O secretário de Energia Elétrica do Ministério das Minas e Energia, Christiano Vieira da Silva, descartou nesta segunda (19) a possibilidade de racionamento no Brasil, mas afirmou que "decisões difíceis" terão de ser tomadas no futuro dependendo do volume de chuvas e do nível de utilização de energia.

O ministério projeta baixos índices pluviométricos na temporada de maior volume de chuvas, entre novembro e março. Silva afirma ser possível que o cenário de escassez de 2020, em que o período de chuvas começou atrasado e terminou antes do previsto, se repita.

"A depender da evolução dessas variáveis [chuvas e carga de uso], decisões difíceis têm que

27,6%
É o atual nível dos reservatórios na região Sudeste

10,7%
É a previsão para o nível em novembro, início do período chuvoso

ser tomadas. Para isso é que foi criada a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética. A instância reúne representantes dos ministérios das Minas e Energia, Economia, Agricultura, Meio Ambiente, Desenvolvimento Regional e Infraestrutura.

Em junho, o ministro Bento Albuquerque (Minas e Energia) também descartara a possibilidade de racionamento.

leia mais sobre a reforma tributária na coluna de Cecilia Machado, na pág. A22

VAIVÉM DAS COMMODITIES

Usinas mantêm produção de etanol em alta, apesar da valorização do milho

Apesar da alta do preço do milho no mercado interno nos últimos dois anos, as usinas que utilizam o cereal para fazer etanol ampliam a produção do combustível e fizeram novos investimentos.

Na safra encerrada em março, a produção foi de 2,7 bilhões de litros. Nesta, que teve início em abril, e que terminará em março do próximo ano, a produção deverá subir para 3,38 bilhões de litros.

Esse aumento vem de duas grandes ampliações e de uma nova operadora no mercado. Agora já são 19 usinas de etanol de milho em operação no país, 12 delas em Mato Grosso.

As informações são de Guilherme Nolasco, presidente-executivo da Unem (União Nacional do Etanol de Milho). Segundo ele, o setor está otimista e projeta produção de pelo menos 8 bilhões de litros de etanol proveniente de milho em 2028, 20% da demanda nacional do combustível.

Nolasco diz que os fundamentos do mercado permitem esse avanço. Mesmo com

uma mudança interna no preço do milho, as usinas estão trabalhando com média nacional de 86% da capacidade instalada. Em alguns casos, esse patamar supera os 90%.

As empresas trabalham com compras antecipadas do cereal e com armazenamento. Portanto, elas não estão pagando os preços praticados atualmente pelo mercado físico.



Colheita de milho no norte do Paraná Mauro Zafalon - 3.set.18/Folhapress

Mas o setor se beneficia dessa alta de preços do milho. O DGG, produto que contém proteína e é um derivado do processamento do milho, segue os preços de mercado.

A indústria de etanol tem a seu favor, ainda, o ganho de eficiência que vem obtendo nos anos recentes. Em 2015, uma tonelada de milho rendia 360 litros de etanol. Hoje, são 435 litros, 21% a mais.

O setor se beneficia também da elevação dos preços do etanol, após uma valorização do petróleo e uma recuperação dos preços do açúcar no mercado internacional.

Uma outra vantagem, segundo Nolasco, é que a produção, por ser sustentável, facilita o recebimento de investimentos voltados para o setor.

O presidente da Unem destaca a importância da implementação do etanol de milho para o setor de combustível.

No período da entressafra do setor de cana, a partir de dezembro, as usinas de milho conseguem colocar de 1 bilhão a 1,2 bilhão de litros no mercado, eliminando a volatilidade acentuada dos preços.

Nesta safra, serão utilizados 8 milhões de toneladas de milho para a produção de etanol.

ONU DISCUTE ALIMENTAÇÃO

Produtores e trabalhadores do sistema alimentar são imprescindíveis. Para isso, precisam de meios para produzir com sanidade, obter produtos com qualidade nutricional e ter sustentabilidades econômica, social e ambiental.

As recomendações fazem parte de 16 mensagens que as Américas querem levar à Cúpula sobre Sistemas Alimentares da ONU, em outubro.

Em um encontro, classificado como pré-Cúpula, que ocorrerá neste mês, em Roma, representantes de 31 países da região vão apresentar propostas de consenso para o evento de Nova York. Essas mensagens foram colhidas em encontros realizados pelo IICA (Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura).

Manuel Otero, presidente da entidade, diz que as negociações ocorrem em um cenário muito desafiador para o mundo, que passa por sérios eventos climáticos e por uma intensa pandemia.

Apesar do consenso, cada país tem características e realidades diferentes.

DESAFIOS A demanda por alimentos é crescente, mas os desafios de natureza institucional, econômica e natural na produção são elevados.

DESAFIOS 2 A produção tem de ser sustentável, com preservação de recursos e com a obtenção de um balanço de carbono. As afirmações são do ministro de Agricultura da Guatemala, José Ángel Lopez, feitas em um encontro do IICA, nesta segunda-feira (19).

O MILHO FICA Com seca, gada e queda de produção, a exportação brasileira de milho deste mês é 75% inferior à de igual período do ano passado, segundo a Secex (Secretaria de Comércio Exterior).

O MILHO VEM Já as importações subiram 35% nas três primeiras semanas deste mês, em comparação a julho de 2020, somando 2.610 toneladas por dia útil.

BEZERRO O preço do animal voltou a ser negociado abaixo dos R\$ 3,200 neste início de semana. Em abril, o mercado comercializava o bezerro a R\$ 3,200 em Mato Grosso do Sul, segundo o Cepea.

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
REGISTRO ELETRÔNICO
PE 359/2021 - PEC 01394/2021 - REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE NINTENDANET 150MG - DETERMINAÇÃO JUDICIAL - Abertura do Pregão: 02/08/2021 às 09:00 horas.

REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO
O Serviço Social do Comércio - Administração Regional no Estado de São Paulo, nos termos da Resolução nº 1.252/2012, de 06 de junho de 2012, publicada na Seção II do Diário Oficial do Município - Edição nº 144 de 28/07/2012, bem como o que dispõe o art. 2º da Resolução nº 1430/2020, prorrogada pelas Resoluções Conjuntas nº 1450/2020 e nº 1446/2021, torna pública a abertura da seguinte licitação:

Fundação Zerbini
Extrato de Contrato
Emendas Parlamentares - Convênios 8917/2020 e 90077/2020 - Processo 0594/2021 - PP 007/2021, Objeto: Central de Telemetria. Adquirente: Fundação Zerbini. Fornecedor: Nihon Kohden Brasil Imp. Exp. e Com. de Equip. Med Ltda.

COMISSÃO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PROGÃO ELETRÔNICO Nº 222021
PROCESSO CIMP-PAV-2021/00230
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO
OBJETO: Prestação de serviços de locação de veículos, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas, parte integrante do Edital.

RAV4 INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA.
Com sede à Rua Panambi, 583, Sala A, Cidade Industrial Sítio, Guarulhos/SP.
COMUNICA que está sendo vítima de fraude, com a utilização dos seus dados cadastrais por estelionários para a aquisição de mercadorias, com a apresentação de documentos societários e pessoais de seus sócios/fabricados/já foram comunicadas através dos Boletins de Ocorrência Registrados perante o 8º DP de Guarulhos - sob nºs AC9273-1/2021 e AC4013-1/2021. Caso de Duvidas contatar pelo telefone (11) 99841-8080.

PARAPANANEMA S.A.
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Compuntes Aberta - CNPJ nº 06.398.000/079 - NIRE 29.300.300.105
Assim convocados os senhores acionistas da PARAPANANEMA S.A. ("Compuntes") para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) a ser realizada no dia 26 de agosto de 2021, no 10º andar do edifício sede da Compuntes, com o objetivo de aprovar a alteração estatutária de modo digital, por meio da plataforma digital Zoom, nos termos da Instrução CVM nº 48/10, para deliberar sobre as seguintes matérias: conferência da ordem do dia; 1) Aprovar a alteração estatutária de modo digital, consequentemente, do prazo para a conversão automática e obrigatória, das debenturas da segunda série de R\$ 100,00 (cem reais) em ações ordinárias da Compuntes, para o prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de emissão das debenturas, a partir de todos os atos, tomar todos os procedimentos e adotar todas as medidas necessárias à formalização e implementação da Promotiva, incluindo, mas não limitado, a representação de poderes de representação no caso de procuradores, pessoas jurídicas ou fundos de investimento. O acesso à plataforma digital será restrito aos membros da Compuntes que se cadastrarem em conformidade com o disposto no Edital.

Table with financial data for various companies, including columns for 'Ativo', 'Passivo', 'Resultado', and 'Patrimônio Líquido'. It lists various assets and liabilities for companies like Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, and others.

Table with financial data for various companies, including columns for 'Ativo', 'Passivo', 'Resultado', and 'Patrimônio Líquido'. It lists various assets and liabilities for companies like Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, and others.

MAIS VACINAS

Sputnik V deve chegar em uma semana e doses serão usadas no Nordeste

MARIANA ROSÁRIO
mariana.rosario@oglobo.com.br
s16musa

A novela que envolve o uso da Sputnik V no Brasil está próxima de ganhar um novo capítulo. Em uma semana deverão desembarcar no Recife 1,1 milhão de doses da vacina russa contra a Covid-19 e finalmente o uso do imunizante começará no país.

Da capital pernambucana, as vacinas seguirão para os demais estados do Consórcio Nordeste (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe), autorizado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) a importar os antígenos. Eles chegam através do processo batizado de "importação excepcional e temporária". Um outro lote, com aproximadamente 600 mil doses, será encaminhado para estados do Norte, ainda sem prazo determinado para chegar.

— Aplicaremos as primeiras doses em, no máximo, uma semana após a chegada da vacina. E, vinte e um dias depois, a segunda dose. Com isso, teremos a análise de imunização mais cedo — diz Wellington Dias (PT), governador do Piauí e presidente do Consórcio Nordeste.

Na prática, a Sputnik V será incorporada à imunização desses estados de maneira controlada, com estudo de sua segurança e eficácia. A avaliação de efetividade — que quantifica a proteção da vacina para desdobramentos do coronavírus — ficará a cargo do infectologista Julio Croda, do grupo Vebra Covid-19.

VACINAÇÃO EM MASSA

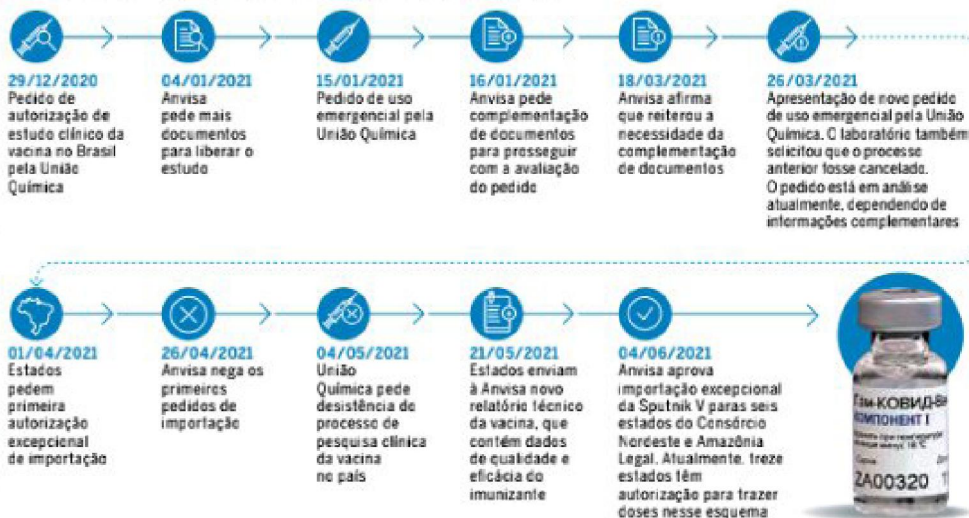
Com uma quantidade equivalente a 1% da população de cada estado, a entrada da Sputnik V não será capaz de acelerar substancialmente os processos de imunização locais. Mas a experiência, inédita no país, possibilitará a cada estado escolher a forma de uso da vacinação com o imunizante russo. Está prevista, por exemplo, a imunização em massa de ao menos toda uma



Vizinhos. Estudo argentino com 400 mil pessoas com mais de 60 anos apontou que uma dose da Sputnik V reduziu mortalidade por Covid-19 entre 70% e 80%

A ROTA DO IMUNIZANTE RUSSO

Do pedido de autorização do estudo até a chegada das primeiras doses



cidade, como ocorreu em Botucatu e Serrana, em São Paulo. Trata-se de Sousa, na Paraíba, com 69 mil habitantes.

A vacina deverá ser aplicada após passar por análise preliminar no Instituto Naci-

onal de Controle de Qualidade, ligado à Fiocruz. Integrantes do Consórcio acreditam que esta análise ocorra em uma semana. Qualquer efeito adverso será informado em até 24 horas à Anvisa.

Uma das razões para esse detalhado controle de qualidade foi a dúvida de técnicos da Anvisa em relação à presença de um adenovírus replicante na composição da vacina. O vírus, com capacidade de multi-

plicação no corpo humano, tornaria o imunizante não recomendado para uso.

A chegada da Sputnik V ao Brasil divide opiniões de especialistas e médicos. A infectologista Mirian Dal

Ben, do Hospital Sírio-Libanês, considera que, quanto mais vacinas chegarem, melhor. Embora, pondera a especialista, sejam necessários mais estudos em grande escala para detectar efeitos adversos. Já Rosana Richtmann, da Sociedade Brasileira de Infectologia, acredita que seria melhor esperar:

— Se a Anvisa apresenta restrições sobre a vacina, temos que entender no que se basearam antes de indicar o uso.

PRODUÇÃO LOCAL

Embora as vacinas que chegam em uma semana ao Recife sejam produzidas na Rússia — e serão despachadas diretamente de Moscou para o Brasil —, a farmacêutica União Química já terminou um lote inicial com 100 mil doses, com qualidade atestada pela Rússia, com insumo farmacêutico ativo (IFA) produzido em uma fábrica no DF. O processo de transferência de tecnologia começou no último trimestre de 2020 e terminou em abril deste ano.

Se o processo de fabricação nacional for autorizado pela Anvisa, a farmacêutica diz poder liberar 8 milhões de doses por mês. A União Química, que fez um investimento de R\$ 300 milhões no imunizante russo, pretende, em 30 dias, pedir pela primeira vez o registro definitivo da vacina.

— Lastimamos que (a compra de) 10 milhões de doses oferecidas para o primeiro trimestre de 2021 não tenha acontecido. Teriam salvado muitas vidas — avalia Rogério Rosso, diretor de negócios internacionais da empresa.

Procurado, o Ministério da Saúde não retornou ao GLOBO. Na semana passada, o ministro Marcelo Queiroga afirmou que "não temos a necessidade desses dois imunizantes", referindo-se também à vacina indiana Covaxin.

De acordo com os desenvolvedores, 68 países já aprovaram a Sputnik V, mas nem todos iniciaram sua aplicação. Um dos países que usou a vacina foi a Argentina, cujo Ministério da Saúde apresentou recentemente levantamento preliminar, realizado com 400 mil pessoas com mais de 60 anos. A análise apontou que uma dose da Sputnik V ou AstraZeneca levaria à redução da mortalidade por Covid-19 entre 70% e 80%.

Outro estudo do governo argentino, não revisado por cientistas, indica que, após uso de 2,8 milhões de doses da vacina russa, não foi identificada qualquer morte relacionada ao imunizante. E a maioria dos efeitos adversos foi leve.

NA PANDEMIA

RESGATE RECORDE DA PREVIDÊNCIA

Brasileiros sacam R\$ 110 bi de PGBLs e VGBLs. Troca de plano cresce 39% neste ano

STEPHANIE TONDO
E JOÃO SORIMA NETO
economiast@oglobo.com.br
ma e sócio-maio

A crise econômica na esteira da pandemia fez com que os brasileiros recorressem aos recursos da previdência privada — uma poupança voluntária para o futuro — para arcar com as despesas do presente. Dados da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (Fenaprevi), que representa empresas e entidades do segmento, mostram que, desde março do ano passado até maio deste ano, já foram resgatados R\$ 110 bilhões dos fundos de previdência complementar (PGBL e VGBL). O valor corresponde a mais de 10% das reservas destas aplicações, que somam R\$ 1 trilhão, e é o maior montante já retirado para o período de 14 meses.

Para o diretor executivo da federação, Carlos de Paula, os resgates funcionaram como uma “válvula de descompressão” das finanças das famílias durante a pandemia, em que muitos perderam o emprego ou viram as receitas dos seus negócios despencarem:

—O resgate é sempre a última opção em previdência. Mas neste momento foi o que socorreu muitas famílias.

Outros fatores podem ter in-

fluenciado, como o aumento de mortes de titulares, que geram saques por parte dos herdeiros, e a migração de recursos a outras aplicações. Mas, para especialistas, o principal fator vem da falta de reservas financeiras capazes de manter as famílias durante a crise.

—Embora isso tenha trazido reflexos pontuais ao nosso negócio, mostra o papel social da previdência privada e sobretudo a importância de se acumular recursos para o futuro — disse Ângela Assis, presidente da Brasilprev, que vê o resgate como reflexo da pandemia na saúde financeira das famílias.

BUSCA POR RENTABILIDADE

No primeiro mês de pandemia no país, em março de 2020, houve recorde de resgates, com a retirada de R\$ 10 bilhões dos fundos, o maior volume mensal desde o início da série, em janeiro de 2005. Depois, houve alguma desaceleração, embora as retiradas tenham continuado em patamar relevante. De janeiro a maio deste ano, foram R\$ 41 bilhões, alta de 60% em relação a igual período do ano passado e o maior nível para os primeiros cinco meses desde 2016.

O consultor de investimentos Paulo Bittencourt cita o exemplo de profissionais libe-

rais, como médicos e advogados, que podem ter usado os recursos para complementar a renda e se capitalizar na crise.

Mas ele pondera que há outro movimento em curso: o de aumento da portabilidade, de quem troca um plano de previdência por outro considerado mais vantajoso. Isso não está contabilizado nos saques, pois os recursos continuam no segmento, mesmo que em outro plano da instituição financeira ou de uma concorrente. Mas é sinal de que o investidor está preocupado com rentabilidade.

De janeiro a junho deste ano, segundo dados da Fenaprevi, houve aumento de 39% no número de operações de portabilidade em relação a igual período do ano anterior.

A rentabilidade baixa está associada à concentração de aplicações em renda fixa, que deixou de ser tão atraente em um cenário de juros baixos, embora a Selic em 4,25% tenha agora tendência de alta.

—Resgatei para um cliente os recursos de um VGBL de renda fixa que teve rendimento nominal de 0,85% em 2020 — citou Bittencourt.

Para a planejadora financeira Paula Sauer, professora de Economia da ESPM, a duração mais longa que o previsto

aos investidores, que poderá ser vitalícia, por período determinado ou um pagamento único.

> Os planos de previdência privada têm liquidez?

Existe um período de carência desde a data da contratação do plano, que é de 60 dias para os investidores regulares, e de 180

dias para investidores qualificados. Após esse período, o resgate pode ser feito a qualquer momento, mas cada fundo tem um período de cotização, isto é, um prazo para que o dinheiro seja liberado. Produtos mais simples, de renda fixa, podem levar até sete dias, enquanto fundos de renda variável podem levar até 20 dias.

> O que levar em conta na decisão de ficar ou trocar de plano?

Para que o patrimônio esteja protegido, ou seja, não se desvalorize ao longo dos anos, é importante que as aplicações rendam pelo menos 100% do CDI (hoje em 4,15%, próximo da Selic, que está em 4,25% ao ano). Mas o ideal é que o rendimento anual

supere a inflação medida pelo IPCA (hoje em 8,35% em 12 meses). Fundos com maior participação de renda variável tendem a pagar mais, mas são mais arriscados. Por isso, é importante considerar qual o perfil do investidor: conservador, moderado ou agressivo, para identificar qual produto é mais adequado para ele.

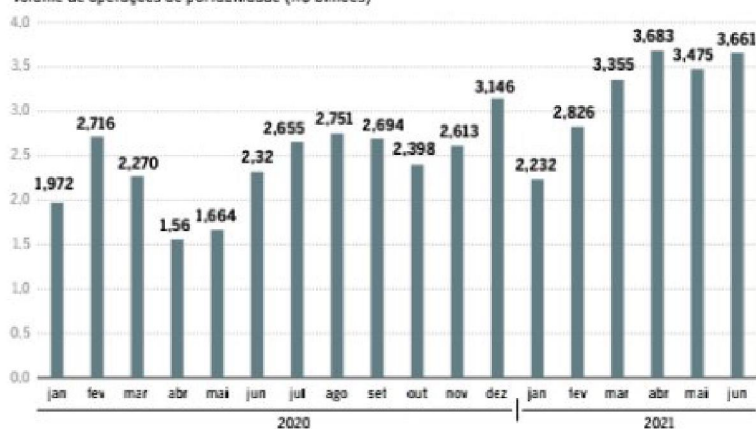
RETIRADAS DE RECURSOS

Volume de saques de planos de previdência complementar aberta durante a pandemia
Resgates (R\$ bilhões)



INVESTIDOR BUSCA GANHO MAIOR

Volume de operações de portabilidade (R\$ bilhões)



QUANTIDADE

jan/20	10.033	jul/20	16.458	jan/21	12.954
fev/20	14.772	ago/20	15.638	fev/21	13.739
mar/20	11.863	set/20	15.101	mar/21	16.714
abr/20	8.006	out/20	13.664	abr/21	16.237
mai/20	10.470	nov/20	13.734	mai/21	17.839
jun/20	14.160	dez/20	17.785	jun/21	18.961

Fonte: Fenaprevi

Editoria de Arte

De janeiro a junho, houve aumento de 39% no número de operações de troca de plano

Como funcionam os planos

> Qual a diferença entre o VGBL e o PGBL?

O Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL) é classificado como um seguro, enquanto o Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) é um plano de previdência complementar aberta. Mas ambos foram criados para proporcionar uma renda mensal

Mercado aposta em renda variável para atrair clientes

Em busca de mais rentabilidade, investidores encontram na portabilidade uma forma de mudar de fundo sem pagar IR

SÍMPLER

Taxa de administração elevada, baixa rentabilidade e maior interesse em ampliar o investimento em ações são as principais razões que têm levado os brasileiros a fazerem portabilidade na previdência privada. Para analistas, a vantagem é ter um fundo mais alinhado ao perfil do investidor, sem ter que sofrer com a tributação sobre o resgate.

Na prática, é a migração para um plano que ofereça melhores condições na mesma insti-

tuição financeira ou na mudança para outro banco ou *fin-tech* que ofereça o produto.

Os especialistas lembram que a portabilidade só é possível na fase de acumulação do plano, quando o dinheiro está sendo investido. Ao migrar, não é preciso pagar Imposto de Renda ou outra taxa, a não ser que o plano tenha previsto no contrato a cobrança de taxa de saída. O tempo de investimento no plano anterior vale para o novo plano.

— Dá para resolver a portabilidade até pelo aplicati-

vo da instituição, em poucos minutos — diz Rodrigo Knudsen, gestor da Vitreo.

Só é possível migrar entre planos da mesma modalidade: de VGBL para VGBL e de PG-BL para PG-BL. Na portabilidade, o contribuinte pode trocar a tributação progressiva (quando o IR aumenta conforme o saque ou renda futura) para a regressiva (quando a alíquota reduz à medida que o prazo da aplicação aumenta). Mas, não é possível fazer o contrário, isto é, mudar de regressivo para o progressivo.

Para Gabriel Escabin, diretor de Previdência do BTG Pactual, muitos investidores trocam de plano em busca de rentabilidade maior:

— O mercado previdenciário hoje tem 80% dos recursos em renda fixa. No BTG, quase 70% do patrimônio estão em renda variável.

A Vitreo oferece seis fundos de previdência. Os que têm mais recursos são os dois multimercado, com ativos que somam R\$ 2 bilhões.

— Criamos, em 2019, um fundo de renda fixa, para pes-

soas com perfil mais conservador. Mas é o que menos tem ativos entre os seis: R\$ 17 milhões — revela Knudsen.

Para o consultor de investimentos Paulo Bittencourt, o movimento de retirada de recursos da previdência privada também reflete esses fatores.

— Grande parte dos fundos de previdência é ruim em rentabilidade. São fundos passivos, em que o administrador sempre comprou títulos e renda fixa de longo prazo, se favorecendo de um CDI de dois dígitos. Isso não existe mais.

Ele diz que com a mudança de legislação, que permitiu aos gestores aplicar parcela maior em ações (até 70% e 100% para investidores qualificados), surgiram fundos que oferecem melhor retorno mesmo com juros mais baixos. (João Sorima Neto e Stephanie Tondo)



MÍRIAM
LEITÃO

blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao
 miriam.leitao@oglobo.com.br
 Com Alvaro Gribel (de São Paulo)



O emaranhado e o multifoco da CPI

As suspeitas de corrupção no Ministério da Saúde estão sendo analisadas na CPI em dois grupos. O que avalia os documentos sobre a Precisa, que tentava vender a vacina Covaxin e que fez pagamentos à VTCLLog. E o que estuda os documentos sobre os intermediários, ou seja, a Davati, o reverendo, os militares, o Força Brasil, oferecendo a Astrazeneca. Esse segundo tema acaba de ganhar mais um reforço com as notícias da negociação do ex-ministro Pazuello com a World Brands para a compra da Coronavac, a mesma vacina tão atacada pelo presidente da República. Parece um grande emaranhado, mas há um fio condutor: o governo preferia falar com os

personagens mais estranhos e ignorar as propostas dos fornecedores confiáveis.

A cena do ministro Eduardo Pazuello fazendo exatamente o que disse na CPI que não faria é mais uma mentira revelada. Entre tantas outras. Pazuello diz que fechou o memorando de entendimento com um tal de “John” para comprar 30 milhões de doses. E de que vacina? Da chinesa Coronavac. A mesma que Bolsonaro tantas vezes ofendeu e atacou. Aquela da qual o coronel Elcio Franco disse “não vamos comprar a vacina chinesa”. E onde era aquela reunião? Exatamente na sala do coronel Elcio Franco. Bolsonaro negou, mesmo diante do vídeo, que houve essa negociação e disse que só é propina quando alguém está “pelado na piscina”.

Os caminhos eram retos. O governo preferiu o oblíquo. Para comprar Coronavac o caminho era o Butantan, e não o “John” da World Brands, de Santa Catarina. Para comprar Astrazeneca, o caminho era a Fiocruz, e não um reverendo Amylton, o coronel Hélcio do Força Brasil, a Davati que chegou através do Cabo Domingueti. E isso, além da Precisa, que fez invoices mutantes, pressionou por pagamento antecipado, e agora descobriu-se que fazia pagamentos para outra fornecedora do Ministério da Saúde. A VTCLLog.

Todo o caso de corrupção é um emaranhado. Eles vão enrolar a CPI? Os senadores ga-

rantem que organizaram esses e outros temas com método, em subgrupos, com técnicos competentes sob o comando dos senadores. E que trabalharão durante o recesso na organização desses dois terabytes de informação.

Há um problema. CPI não tem todos os poderes de investigação. Não pode pedir escuta. Não pode fazer delação premiada. Mas, por outro lado, sua função é levantar o maior número possível de indícios, documentos, fazer um relatório sólido e encaminhá-los às autoridades competentes para o inquérito. A Comissão Parlamentar de Inquérito já prestou um enorme serviço ao Brasil. Abriu

cortinas, revelou informações, mudou o olhar do país sobre a dimensão da tragédia que está acontecendo com a pandemia. O governo Bolsonaro era visto antes como uma administração incompetente, que negava a ciência por obscurantismo e que sabotava as medidas de proteção pela “ideologia” antivacina do presidente. A CPI mostrou que é muito pior. O governo Bolsonaro atentou contra a saúde pública porque acreditava que se o vírus fosse disseminado com mais rapidez o país atingiria a “imunidade

de rebanho”. E isso elevou em centenas de milhares o número de brasileiros mortos.

Só a revelação de que mortes evitáveis foram provocadas por ação ou omissão do governo que seguia uma estratégia mortal já teria sido um trabalho suficiente da CPI. Mas o que foi revelado nas últimas semanas antes do recesso é que há também inúmeras suspeitas de corrupção. Ontem, Bolsonaro fez uma postagem para atacar o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), por um vídeo em que o senador defende a compra da Covaxin. Quando ele gravou o vídeo, não sabia que o governo já havia assinado a compra através de uma empresa, a Precisa, cujo dono, Francisco Maximiano, era sócio de outra companhia acusada de fraude no próprio Ministério da Saúde.

—O importante é menos o ataque (de Bolsonaro) e mais o desespero. Ele está em manobra dispersiva. Claramente isso mostra que a gente está na pista certa —disse o senador Randolfe.

Ele conta que sobre a VTCLLog o estranho é exatamente encontrar transferências feitas a ela pela Precisa, apesar de não haver uma ligação entre elas:

—São esquemas que dialogam. E funcionava com Elcio Franco, os coronéis todos e o Instituto Força Brasil, que mantém sites bolsonaristas.

Os mesmos sites que lucravam divulgando fake news sobre vacinas.

Variante Delta faz mercados globais caírem

Aumento de casos gera receio sobre a retomada econômica. No Brasil, Bolsa recua 1,24%, enquanto dólar fecha em alta de 2,63%, a R\$ 5,25, com investidores buscando ativos seguros, como a moeda americana

VITOR DA COSTA
vitor.santos@oglobo.com.br

A disseminação da variante Delta do novo coronavírus derrubou ontem os mercados globais. O temor de uma nova onda, no momento em que vários países começam a reabrir suas economias, alimentou a aversão global ao risco, com investidores buscando ativos seguros, como o dólar e os títulos do Tesouro americano. No Brasil, o Ibovespa encerrou em queda de 1,24%, aos 124.395 pontos, o menor patamar desde 27 de maio. Já o dólar comercial fechou em alta de 2,63%, a R\$ 5,2501.

— Apesar desse aumento de casos não configurar au-

mento de mortes, já traz incerteza, fazendo com que os investidores diminuam a exposição em renda variável e vendam ações — ressaltou o sócio da Fatorial Investimentos, Jansen Costa.

Em Nova York, o índice Dow Jones perdeu 2,09%, e o S&P 500, mais amplo, caiu 1,59%. A Bolsa eletrônica Nasdaq recuou 1,06%. Em pontos, o Dow teve sua maior queda desde outubro de 2020.

O movimento repetiu o que já havia sido visto nos mercados europeus e asiáticos. A Bolsa de Londres cedeu 2,34%, e a de Frankfurt, 2,62%. O índice CAC 40, em Paris, teve baixa de 2,54%.

Na Ásia, o índice Nikkei,

da Bolsa de Tóquio, caiu 1,25%. Em Hong Kong, houve baixa de 1,84% e na China, de 0,01%.

PETRÓLEO EM QUEDA FORTE

Os títulos do Tesouro americano de dez anos, por exemplo, viram seu rendimento recuar a 1,17%, contra 1,294% na sexta-feira, devido ao aumento da demanda — quanto maior a procura, menor o rendimento dos papéis.

— Vemos uma aversão ao risco maior e, com isso, todo mundo vai correndo para aqueles ativos que dão maior segurança. Não tem motivo para o investidor correr risco em um país emergente quando há algum medo ali. E muitos dos ativos mais se-

guros são dolarizados, por isso a moeda aumenta também — destacou o diretor de estratégia da Wise Investimentos, Thiago Raymon.

Pesou ainda a desvalorização dos papéis de empresas ligadas à indústria do petróleo. No domingo, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo e seus aliados (a chamada Opep+) fecharam um acordo para elevar a produção, o que vai reduzir os preços da *commodity*.

O contrato do petróleo tipo Brent para setembro fechou em queda de 6,60%, negociado a US\$ 68,62 o barril. Já o do petróleo WTI para agosto cedeu 7,50%, cotado a US\$ 66,42 o por barril.

Com isso, as ações ordinárias (ON, com direito a voto) da Petrobras cederam 1,18%, enquanto as preferenciais (PN, sem voto) caíram 1,65%.

— Com a perspectiva de aumento do preço, o petróleo acaba sendo pressionado para baixo, porque não temos certeza em relação à demanda, tendo em vista possíveis interrupções por causa da variante Delta — afirmou o analista da Toro Investimentos, Braulio Langer.

Raymon, da Wise, tem a mesma avaliação:

— O petróleo é uma das principais *commodities* no mundo, e qualquer fato novo relacionado a ele vai ser pesado pelo mercado. Nos-

sas principais empresas aqui são influenciadas por ele. A Petrobras tem um peso forte no Ibovespa.

As ações ON da Vale caíram 1,09%. No setor financeiro, os papéis PN de Itaú e Bradesco cederam 0,58% e 1,48%, respectivamente.

Hoje começa a temporada de divulgação de balanços do segundo trimestre. Depois do pregão, saem os resultados de Indústrias Romi e da Neoenergia.

Para Langer, balanços mais positivos podem ajudar a limitar as perdas do Ibovespa. Mas ele faz uma ressalva:

— A tendência, do ponto de vista técnico e macro, é ver o Ibovespa caindo. Pode ser que a gente caia menos.

Volks dá férias coletivas a 1.500 metalúrgicos no ABC

Por falta de semicondutores, montadora resolveu também estender por mais dez dias paralisação na sua fábrica em Taubaté

IVAN MARTÍNEZ-VARGAS
ivan.martinezvargas@edglobo.com.br
SÃO PAULO

Em meio à escassez de suprimento de semicondutores, a Volkswagen iniciou ontem férias coletivas de 20 dias para o primeiro turno de sua fábrica em São Bernardo do Campo, e vai estender por mais dez dias a paralisação de parte de sua planta em Taubaté (SP).

A medida em São Bernardo atinge 1.500 trabalhadores, de acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos. “Ao término dessas férias, há a possibilidade de mais 20 dias de férias para o outro turno”, disse a entidade em nota.

Segundo a companhia, a escassez de semicondutores “tem gerado problemas no abastecimento da indús-

tria automotiva ao redor do mundo”.

Na sua fábrica em Taubaté (SP), onde são produzidos os carros Gol e Voyage, a montadora já havia comunicado que pararia as atividades por 20 dias a partir de 12 de julho. A medida atinge 2.000 operários.

Na última sexta-feira, o sindicato dos metalúrgicos de Taubaté afirmou que a

Volkswagen vai, após esse período, estender as férias coletivas por mais dez dias para um grupo de 800 trabalhadores. Segundo a entidade, este é o segundo período de férias na fábrica por falta de componentes este ano. O primeiro foi entre 7 e 16 de junho.

Em nota, a empresa diz que, nos últimos meses, “tem trabalhado intensamente, em

parceria com a matriz e fornecedores, para minimizar os efeitos da escassez de semicondutores para a produção em suas fábricas na região. Entretanto, o cenário atual não demonstra o encaminhamento para uma solução definitiva visando a normalização do fornecimento de chips”.

A falta de matéria-prima já afetou este ano a produção da

General Motors, da Honda e da Hyundai no país.

A pandemia levou a China, principal produtora dos semicondutores, a redirecionar parte de sua produção ao mercado interno e a regiões e segmentos econômicos com maior poder de compra. O setor automotivo perde a preferência para celulares, TVs, monitores e games, que pagam mais pelas peças.

Segundo a Anfavea, associação das montadoras, a falta de semicondutores fez a indústria deixar de produzir entre 100 mil e 120 mil veículos no primeiro semestre do ano.

Bares e restaurantes se recuperam com queda de restrições

Setor espera abertura total das atividades em todo o país até o fim deste mês

Por Cibelle Bouças, Marina Falcão e Rafael Rosas — De Belo Horizonte, Recife e Rio

20/07/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

Bares e restaurantes em todo o país apresentam recuperação mais forte a partir de junho com redução nas restrições de horário de funcionamento. A expectativa do setor é que os governos ponham fim a todas as restrições até o fim do mês, a despeito das preocupações da classe médica com as aglomerações nesses locais.

De acordo com a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), o faturamento nominal do setor em junho ficou igual ao registrado no mesmo mês de 2019. Já em valores reais houve queda. A expectativa do setor é que o faturamento real do segundo semestre se iguale ao de 2019, com o fim das restrições de horário.

Em junho, apontou a Abrasel, 56% das empresas tiveram prejuízo, ante 77% em abril. Além disso, 27% dos estabelecimentos não conseguiram pagar integralmente os funcionários, contra 49% em maio e 91% em abril.

A melhora acompanhou a ampliação do horário de funcionamento de bares e restaurantes. Atualmente, sete Estados operam sem restrições de horários (Espírito Santo, Goiás, Pará, Rio de Janeiro, Rondônia, Rio Grande do Sul e Santa Catarina). Outros sete permitem o funcionamento até a meia-noite. Há 15 dias atrás eram quatro Estados sem restrições e seis com restrição até a meia-noite.

“Belo Horizonte e São Paulo vivem uma situação mais difícil porque ampliaram o horário há menos de duas semanas. O Nordeste vinha se recuperando bem, mas os governos foram mais rígidos em junho por conta das festas de São João. O Sul já tem uma recuperação mais rápida”, avaliou Paulo Solmucci, presidente da Abrasel.

Em São Paulo, o fluxo de pessoas em bares e restaurantes está em 60% do nível pré pandemia, disse Joaquim Saraiva, presidente da Abrasel-SP. O faturamento está entre 60% e 80% do nível de 2019. “A delimitação de 60% de uso do salão impede uma recuperação mais rápida”, disse Saraiva. Apesar disso, o setor voltou a contratar em julho no Estado. Desde o início da pandemia, o setor, que empregava 1,2 milhão em São Paulo, demitiu 300 mil. No Estado, foram fechados 50 mil estabelecimentos, de 200 mil.

No Rio de Janeiro, o Sindicato de Bares e Restaurantes do Rio de Janeiro (SindRio) informou que o faturamento do setor em junho foi 25% menor em relação a 2019. O presidente do sindicato, Fernando Blower, observou que o Rio estendeu o horário de funcionamento de bares e restaurantes para as 23h em abril, o que ajudou na recuperação gradativa do faturamento do setor. Mas as restrições no número de clientes no salão segue afetando as empresas. Blower estima que o setor opera com 20 mil vagas a menos do que em março de 2020. O executivo estima que a reconstrução de pessoas se dará no mesmo ritmo de recuperação do faturamento do setor.

Em Belo Horizonte, de acordo com a Abrasel-MG, 3,5 mil de 12 mil estabelecimentos fecharam as portas na pandemia. E 30 mil de 72 mil empregados com carteira foram demitidos. O setor negocia com a prefeitura ampliação do horário de funcionamento de bares e restaurantes para além das 22h.

Em Pernambuco, 40% dos bares e restaurantes fecharam as portas na pandemia, em torno de 7 mil estabelecimentos. Os que sobreviveram estão endividados. "Acredito que levará pelos menos dois anos para o setor regularizar seu fluxo de caixa", disse André Araújo, presidente da Abrasel em Pernambuco. Araújo disse que cada hora a mais de funcionamento gera impacto relevante no fluxo de caixa. Araújo acrescentou que os bares estão com aparência de cheios apenas porque ainda operam com 50% da capacidade, por restrição do governo. "Percebemos que há sim uma maior disposição do consumidor sair de casa, e até mesmo no compromisso com os protocolos de segurança, mas é uma reabertura ainda insípida", lamentou.

No Brasil, de acordo com a Abrasel, 27% das empresas planejam contratar mais funcionários nos próximos três meses, tendo em vista o fim das medidas restritivas. O setor fechou 1,3 milhão de vagas com carteira assinada durante a pandemia. A entidade estima que de 400 mil a 600 mil postos de trabalho serão reabertos até o fim do ano. Desde março de 2020, de 6 milhões de bares e restaurantes no país, 335 mil fecharam as portas.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Sérum preenchedor de rugas com desconto em Salvador

DIATENA OFICIAL

LINK PATROCINADO

Quarto, banheiro, cozinha ou lavanderia: Organize seu cômodo mais bagunçado

PRATICIDADE JÁ

LINK PATROCINADO

Aproveite! Frete grátis para todo o Brasil o seu Diatena - sérum preenchedor de rugas

DIATENA OFICIAL

LINK PATROCINADO

Novidade, mesa cotton multifuncional, você precisa conhecer

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

O perigo por trás da coceira do seu cachorro, veja isso

NIITRΔPETS

Saiba Mais

Bolsonaro sinaliza com veto a fundo eleitoral de R\$ 5,7 bi

Presidente disse que valor é 'astronômico' e poderia ter outro uso

Por Fabio Murakawa, Marcelo Ribeiro, Raphael Di Cunto e Luísa Martins — De Brasília

20/07/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

O presidente Jair Bolsonaro disse ontem que não sancionará o fundo eleitoral que passou de R\$ 1,8 bilhão a R\$ 5,7 bilhões na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aprovada na semana passada pelo Congresso. Em seguida, foi menos taxativo, dizendo que “a tendência” é vetar o novo Fundão.

Em entrevista à TV Brasil, Bolsonaro classificou o valor como “astronômico” e afirmou que o dinheiro poderia ser melhor aplicado em obras dos ministérios da Infraestrutura ou do Desenvolvimento Regional.

A indicação de veto ocorre em um momento de baixa popularidade do presidente, que vem sofrendo pressões nas redes sociais para barrar o fundo bilionário.

“O valor é astronômico. Mais R\$ 6 bilhões para se fazer campanha eleitoral. Imagina na mão do ministro Tarcísio [de Freitas, da Infraestrutura] o que poderia ser feito com esse dinheiro”, afirmou.

Bolsonaro disse que, com essa verba, seria possível concluir o asfaltamento da rodovia que liga Porto Velho a Manaus, “um anseio da população do Amazonas”.

“Eu até sugeri isso aí. Nós poderíamos recapear uma parte considerável da malha rodoviária do Brasil, com esse dinheiro na mão do Tarcísio.”

Ainda de acordo com o presidente, “se esse recurso vai na mão do ministro Rogério Marinho, do Desenvolvimento Regional”, será possível concluir as obras de água para o Nordeste.

“Então, é uma cifra enorme que no meu entender está sendo desperdiçada, caso seja sancionada. Posso dizer a você que não será sancionada”, afirmou. “Afinal de contas, eu tenho que conviver em harmonia com o Legislativo. E nem tudo o que eu apresento ao Legislativo é aprovado. E nem tudo o que o Legislativo aprova, vindo deles, eu tenho obrigação de aceitar do lado de cá. Mas a tendência nossa é não sancionar isso daí em respeito ao trabalhador, ao contribuinte brasileiro.”

Horas antes, o vice-presidente Hamilton Mourão havia dito que o fundo aprovado pelo Congresso está “exagerado”. E, também citando a obras, comentou que, se fosse ele o presidente, vetaria esse

dispositivo da LDO.

“Eu acho que está exagerado. Está um valor exagerado. [...]. Aí você tem uma gordura de uns R\$ 3 bilhões que poderiam ser melhor empregados”, disse Mourão. “Hoje você usa muito a rede social. Então, o modelo de propaganda eleitoral, de você se fazer conhecido perante a população mudou. E também você busca financiamento por meio do ‘crowdfunding’. Quem vai apoiar, não está proibido o financiamento privado, é que ele tem valores limites.”

Provocado a dizer sua posição, Mourão disse: "Eu vetaria".

O ministro Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF), foi sorteado ontem relator da ação impetrada por parlamentares para anular a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e barrar o aumento bilionário no fundo eleitoral.

O pedido de liminar, contudo, será analisado pela ministra Rosa Weber, que exerce interinamente a presidência do Supremo na segunda metade do recesso de julho. Como o relator original está em férias, ela é a responsável pelas decisões mais urgentes durante este período.

Uma eventual liminar poderia aliviar a pressão que o presidente Jair Bolsonaro vem sofrendo para vetar o dispositivo.

A aprovação contou com votos da maior parte da base de apoio do governo, como o do próprio filho do presidente, deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP).

O mandado de segurança é assinado pelo senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) e pelos deputados Adriana Ventura (Novo-SP), Daniel Coelho (Cidadania-PE), Felipe Rigoni (PSB-ES), Tabata Amaral (Sem Partido-SP), Tiago Mitraud (Novo-MG) e Vinicius Poit (Novo-SP).

Segundo eles, o massivo reajuste no fundão foi inserido na votação em desacordo com a lei, pois não atendeu “a um prazo razoável de deliberação quanto a uma mudança tão impactante”. Além disso, alegam que “as minorias parlamentares não foram ouvidas”.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Quarto, banheiro, cozinha ou lavanderia: Organize seu cômodo mais bagunçado

PRATICIDADE JÁ

LINK PATROCINADO

Novidade, mesa cotton multifuncional, você precisa conhecer

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Eu imploro aos Brasileiros que abandonem esses três alimentos

DR. RAFAEL FREITAS

Cotação do petróleo sinaliza redução dos combustíveis

Eventual baixa nos preços domésticos não será o suficiente para evitar recorde de royalties

Por André Ramalho — Do Rio

20/07/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas



Sérgio Araújo: Com a queda no mercado internacional, janelas para importação de diesel ficaram abertas — Foto: Leo Pinheiro/Valor

A queda abrupta do petróleo, registrada ontem, abre espaço para uma redução nos preços dos combustíveis praticados pela Petrobras, no mercado doméstico, no curto prazo. O impacto da desvalorização da commodity sobre a economia brasileira, em relação à arrecadação da União, Estados e municípios brasileiros com as receitas petrolíferas, por sua vez, deve ser limitado. Analistas não veem indícios, pelo menos por ora, de mudanças estruturais na cotação da commodity, ao ponto de abalar a expectativa de recorde na arrecadação de royalties e participações especiais em 2021.

Em geral, qualquer queda no preço do barril afeta positivamente a economia nacional, do ponto de vista da inflação dos combustíveis, mas negativamente as perspectivas de arrecadação dos cofres públicos com royalties.

Ontem, o mercado ligou o sinal de alerta, após a Organização dos Países Exportadores de Petróleo e aliados (a Opep+) anunciarem um aumento da produção, num momento em que as novas variantes de covid-19 trazem sinais de preocupação sobre a recuperação da economia global. O barril do tipo Brent, referência global, recuou 6,6%, para US\$ 68,62.

Desde o início de junho, a commodity vinha se sustentando acima dos US\$ 70, ante os sinais de recuperação da economia global, mas, ontem, esbarrou num movimento generalizado de aversão a risco dos investidores frente à propagação das variantes da covid. O mau humor do mercado se refletiu entre as petroleiras. No Brasil, as ações ordinárias da Petrobras recuaram 1,18%, a R\$ 26,85, na B3.

A expectativa é que a commodity continue a operar com volatilidade. Casas de análise, como a S&P Global Platts e Goldman Sachs, contudo, não veem uma ruptura nos fundamentos do mercado. Sem mudanças estruturais à vista, tudo indica que a arrecadação de royalties e participações especiais deve bater recordes este ano. Segundo projeções da Agência Nacional de Petróleo (ANP), essas duas receitas devem somar, em 2021, R\$ 62,42 bilhões - uma alta de 33,6% em relação a 2020 e de 11,5% ao recorde de 2019.

O patamar histórico está relativamente próximo de ser alcançado. Um levantamento da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) mostra que, só no primeiro semestre, a arrecadação do Estado do Rio com royalties já alcançou 72,57% do arrecadado em 2019. Mesmo com a desvalorização de ontem, o Brent ainda se situa acima das projeções da ANP, que considera, para 2021, um barril a US\$ 62,21 - abaixo da cotação média do petróleo este ano, até agora, de US\$ 65,64.

Já do ponto de vista do impacto do petróleo na inflação, a queda dos preços da commodity abriu espaço para uma redução nos preços dos derivados - num momento em que Jair Bolsonaro acena para um novo corte nos impostos sobre o diesel, na tentativa de amenizar a insatisfação dos caminhoneiros com o aumento de 3,7% no derivado, no início do mês. A consultoria StoneX estima que a Petrobras tem espaço para cortar em R\$ 0,17 o litro do diesel e em R\$ 0,06 a gasolina - produto que a estatal vinha comercializando, até então, com defasagem ante a paridade de importação. Resta saber se os preços sustentarão o movimento de baixa e como a empresa reagirá.

“Com a queda dos preços no mercado internacional, as janelas para o diesel ficaram abertas [para importadores privados] e a gasolina chegou na paridade”, disse o presidente da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), Sérgio Araújo.

Desde que assumiu a presidência da Petrobras, em abril, Joaquim Silva e Luna tem prometido reduzir as volatilidades nos reajustes e repassar, para as distribuidoras, impactos conjunturais.

Em relatório sobre o acordo da Opep+, o Goldman Sachs destacou que, apesar do aumento esperado na produção dos membros do grupo a partir de agosto, não há nada, por ora, que atrapalhe a crença de curto prazo de que os preços vão continuar subindo.

Segundo o banco, a “alta moderada” da produção manterá o mercado deficitário nos próximos meses. O Goldman considera que, diante da incapacidade de vários membros do Opep+ de cumprir com suas cotas, a produção provavelmente crescerá de 300 mil a 350 mil barris por dia a cada mês. Ou seja,

abaixo dos 400 mil barris/dia estipulados no acordo. A instituição acredita numa volatilidade a curtíssimo prazo. “É certo que os preços do petróleo podem continuar a girar nas próximas semanas, devido às crescentes preocupações com a variante Delta [da covid-19] e a velocidade mais lenta de desenvolvimento da oferta em relação aos ganhos recentes de mobilidade”, ressaltou.

O gerente de análise de suprimentos e produção da S&P Global Platts, Ashutosh Singh, também destaca que, apesar da expectativa de aumento da oferta da Opep+, os fundamentos de mercado a curto prazo continuam apertados.

No fim de semana, a Opep+ chegou a um acordo para elevar a produção mensal de petróleo do grupo a uma média de 400 mil barris/dia por mês até o fim do ano, a partir de agosto. Após a paralisação das negociações há três semanas, em meio a um impasse entre Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos, o acordo acabou em linha com as previsões do mercado.

O analista da Ativa Investimentos Ilan Arbetman explica que a novidade do acordo foi o alongamento da meta de recuperar toda a produção cortada no começo da pandemia até o fim de 2022, e não mais abril do ano que vem, como inicialmente previsto. Ele vê como positivo o fato de as partes terem conseguido chegar a um acordo de forma rápida.

“Pensando em estabilidade de preços, isso [unidade do bloco] é bom. Mas precisamos ver ainda como vai ser atitude dos demais membros do bloco [em relação às cotas individuais]”, comentou.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Quarto, banheiro, cozinha ou lavanderia: Organize seu cômodo mais bagunçado

PRATICIDADE JÁ

LINK PATROCINADO

Novidade, mesa cotton multifuncional, você precisa conhecer

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

O perigo por trás da coceira do seu cachorro, veja isso

NUTRAPETS

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

Calçado com sensação de pisar em nuvens vira febre em Salvador e região

AMEICOMPRAR.COM

LINK PATROCINADO

Carteira Knup

CARTEIRA TENDAISY

Comprar Agora

LINK PATROCINADO

Novidade! Cooler irá comportar todas suas cervejas!

DUBAI STORE

Por um imposto sobre o consumo

Não se teve a coragem de criar um efetivo imposto sobre o consumo, preferindo-se um imposto sobre bens e serviços, o IBS

Por Luís Eduardo Schoueri

20/07/2021 05h01 - Atualizado há 4 horas

A discussão da reforma tributária no âmbito da tributação do consumo evoluiu. É majoritária a ideia de sua unificação no âmbito nacional. Entretanto, não se teve a coragem de criar um efetivo imposto sobre o consumo, preferindo-se um imposto sobre bens e serviços (IBS). A diferença não é apenas no nome, mas implica a própria configuração do imposto.

Com efeito, o IBS seria um tributo não cumulativo, incidindo sobre cada operação concernente a bens e serviços. Mantém-se toda a discussão sobre o que seriam “operações”, além da dúvida sobre os conceitos de “bens” e “serviços”. Muitos buscarão identificar tais expressões com conceitos de direito privado, afastando diversas situações, como a locação de bens móveis ou imóveis, da incidência. Só isso seria suficiente para fazer referência a um “imposto sobre o consumo”, pura e simplesmente.

Não se teve a coragem de criar um efetivo imposto sobre o consumo, preferindo-se um sobre bens e serviços

Mas a mudança vai além. Sendo um imposto sobre o consumo, o contribuinte é o consumidor, não o vendedor. Este reveste-se a qualidade de sujeito passivo como substituto da obrigação do primeiro. Sendo um tributo cobrado em etapas, todos os vendedores não passam de substitutos do consumidor, único contribuinte. Já conhecemos há muito a substituição tributária para frente. Diversamente desta, entretanto, não se tem um único recolhimento a partir da presunção de valor da operação final, mas diversas antecipações, na medida da agregação do valor. Ou seja, várias substituições para um único fato gerador presumido ao final. O imposto é não cumulativo, de modo que a cada etapa se recolhe sobre o que se agregou de valor, mas sempre com natureza de antecipação do fato do consumo.

Na Europa, o IVA tem no vendedor mero sujeito passivo. Por isso é que o turista obtém a restituição do imposto, quando deixa o país: se ele é contribuinte, então não está sujeito a tributação se o consumo se dá fora do território europeu. Não se cogita restituir imposto ao vendedor (sujeito passivo), mas ao contribuinte.

A identificação do consumidor na própria nota, hoje comum, assegura a possibilidade de sua restituição, se indevida a tributação.

Ao eleger o consumidor como contribuinte, afasta-se também o paradoxo hoje existente para entidades imunes. Na sistemática presente, elas não pagam impostos quando compram bens do exterior; se compram os mesmos bens no mercado interno, há a tributação, já que o vendedor não é imune. Se o consumidor passa a ser o contribuinte, então a entidade imune terá direito a restituição do imposto que foi antecipado, igualando-se à situação do importador. Reconheça-se, por outro lado, que se a entidade imune vende bens, não há razão para afastar a tributação, já que o consumidor é que é o contribuinte. Aliás, mesmo hoje não se cogita imunidade quando a entidade imune retém o Imposto de Renda sobre salários de seus empregados. O raciocínio é idêntico: a imunidade se aplica apenas ao contribuinte.

Resolve-se também grave distorção federativa: compras governamentais são grande motor da economia. Os municípios são, hoje, onerados pelo ICMS quando compram bens para seu uso. É uma transferência não prevista de recursos entre os entes federativos. O mesmo se dá para compras federais ou estaduais, também oneradas por tributos de outros. Com a definição do consumidor como contribuinte, já não mais ocorrem tais onerações.

Ainda desaparecem discussões sobre alíquotas maiores ou menores para um ou outro setor econômico: não é o setor que deve ser onerado, mas o consumidor; daí que a capacidade contributiva considerada está na renda que este emprega no ato do consumo. Não faz sentido, afinal, que a renda empregada em viagens esteja sujeita a menor tributação que aquela gasta com os móveis da casa: num e noutro caso, o que importa é haver consumo. Esse conceito, aliás, coincide com a ideia de se poder restituir o imposto ao consumidor de baixa renda - independentemente da natureza do seu gasto.

Descartam-se também discussões intermináveis sobre a não cumulatividade. Hoje, uma isenção no meio da cadeia produtiva implica maior oneração final do produto, já que se cancelam os créditos das etapas anteriores e o tributo é exigido como se nada houvesse sido pago anteriormente. No imposto sobre o consumo, eventual isenção implica imediata restituição do que fora pago anteriormente, pois o Fisco nada pode receber sobre aquele consumo. Do mesmo modo, não mais se discute a possibilidade de crédito (financeiro) integral, dado que todo o tributo recolhido em etapas anteriores deve ser considerado, descabendo oneração de qualquer elo da cadeia.

Por fim, se o fornecedor não receber o preço, não precisa recolher o imposto, já que não lhe cabe suportar o tributo por meios próprios, a não ser que tenha concorrido para o atraso. Ao mesmo tempo, se o fornecedor recebeu o preço e não recolheu o tributo, não se fala em inadimplência, mas vera apropriação indébita, com suas conseqüências penais (como vale hoje para o IPI). Parece solução melhor que a apresentada nas propostas em circulação, que condicionam o crédito ao efetivo recolhimento. Afinal, o risco criminal parece suficiente para desestimular o não recolhimento do tributo cobrado.

Luís Eduardo Schoueri é professor titular de Direito Tributário da Faculdade de Direito da USP, vice-presidente do IBDT e da ABDF e sócio de Lacaz Martins, Pereira Neto, Gurevich e Schoueri Advogados

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Reforma deve reforçar taxaço maior de consumo do que da renda

Para diminuir a perda de receita, a proposta está revertendo algumas renúncias, principalmente em impostos sobre consumo, como o benefício para a indústria farmacêutica

Por Fabio Graner — De Brasília

20/07/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas



Celso Sabino: tributação de dividendos "abre portas para discussões de calibragem da carga sobre renda x consumo" — Foto: Gustavo Sales/Câmara dos Deputados

Ao promover uma queda líquida da ordem de R\$ 30 bilhões na arrecadação com os impostos sobre a renda das empresas e famílias, a versão apresentada pelo relator, deputado Celso Sabino (PSDB-PA),

deve manter e pode até agravar uma distorção que existe na economia brasileira: a baixa proporção da tributação da renda.

De acordo com dados da Receita relativos a 2018, o mais recente disponível, a tributação da renda no Brasil entre 2009 e 2018 oscilou entre 7,1% e 7,2% do PIB, enquanto na média dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) subiu de 10,7% para 11,5% do PIB, na mesma base de comparação.

Já sobre o consumo de bens e serviços, os cálculos da Receita mostraram que a carga subiu de 14,3% do PIB para 14,9% do PIB, no mesmo período, mais que o dobro do que incide sobre a renda e acima dos 11,1% do PIB arrecadados na média da OCDE, o clube de países mais ricos que o atual governo tem tentado fazer parte.

Nas contas apresentadas por Sabino, a redução de 15% para 2,5% na alíquota básica do IRPJ vai derrubar a arrecadação em R\$ 98,1 bilhões em 2023. A atualização da tabela do IR pessoa física, vai gerar perda de receitas de R\$ 14,5 bilhões. Tudo isso será apenas parcialmente compensado com a taxa de 20% nos dividendos, que deve gerar R\$ 57,7 bilhões.

Para diminuir a perda de receita, a proposta está revertendo algumas renúncias, principalmente em impostos sobre consumo, como o benefício para a indústria farmacêutica (que deve elevar a arrecadação do PIS/Cofins em R\$ 11,6 bilhões) e para a indústria de embarcações (R\$ 4,6 bilhões). Assim, o texto do deputado reforçaria o perfil de se tributar menos a renda e mais o consumo no Brasil.

A tributação indireta está sendo tratada em outros projetos parados no Congresso, como os que criam a CBS e o IVA nacional. Nenhum deles, no desenho atual, reduz a carga dos consumidores.

Sabino disse ao **Valor**, por meio de sua assessoria, que a tributação dos dividendos é um primeiro passo para um melhor alinhamento do sistema tributário. “[A tributação de dividendos] abre as portas para as futuras discussões de calibragem da carga renda x consumo. Se fosse aumentar a tributação da renda ao mesmo tempo em que se institui a tributação dos dividendos, dificilmente qualquer proposta avançaria”, defendeu. “Não à toa, há dezenas de projetos nesse sentido na Câmara. Sem contar que a Receita Federal, sabiamente, está sendo conservadora na arrecadação com dividendos. Então agora o desenho será consertado, para num futuro não distante discutirmos a calibragem”.

O professor de Economia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) Uállace Moreira nota que há décadas diferentes governos têm elevado sua arrecadação por meio de tributos indiretos. “A regressividade é fato consumado no país, nenhum governo teve coragem de enfrentar isso”, disse, acrescentando que países que tributam mais consumo e menos renda são mais desiguais.

Moreira questiona ainda o efeito esperado por alguns setores com a desoneração do IRPJ. Para ele, faltam evidências de que essa redução de carga vai ser transferida para investimentos e não para mera acumulação financeira.

O assessor especial do ministério da Economia para a reforma tributária Isaías Coelho, porém, avalia que essa medida terá sim efeito positivo para a economia. “Ao se tributa menos na empresa, deixa-se

mais dinheiro para ela investir e vai aumentar emprego e fazer coisas mais produtivas.”

Segundo ele, embora haja algum sentido na crítica de que se tributa muito o consumo, o caminho melhor é atacar benefícios fiscais na taxação de bens e serviços, que permitiriam a todos pagar menos impostos indiretos porque todos estarão pagando.

Economista da consultoria AC Lacerda, André Paiva Ramos concorda que reduzir incentivos, como os vigentes para o setor de bebidas, seria melhor para a tributação do consumo. Em relação ao texto de Sabino, ele lembra que houve grande pressão do setor produtivo contra a proposta do governo, com a visão de que haveria aumento de carga.

“Na minha opinião deveria reduzir tributação sobre consumo e produção, melhorando simplificação, e aumentar a progressividade na renda e patrimônio. Reverter subsídios para poucos ajudaria nesse processo, aumentando a arrecadação e também fomentando a competição na economia”, disse.

O professor de economia da Unicamp Eduardo Fagnani ressalta que o Brasil é um dos campeões de tributação no consumo e tem como grande desafio “rebalancear” sua carga tributária. “Agora está acontecendo o contrário, compensando o aumento dos dividendos com redução da carga do IRPJ, o que vai dar redução ainda maior da tributação da renda. O mais importante é desonerar o consumo, seja onde for.” Ele defende um IRPF com alíquotas maiores para as altas rendas, acima de 30%. “Até o Chile tem alíquota de 40%”, disse, citando um país de referência para o ministro Paulo Guedes.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Novidade, mesa cotton multifuncional, você precisa conhecer

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Calçado com sensação de pisar em nuvens vira febre em Salvador e região

AMEICOMPRAR.COM

LINK PATROCINADO

Nobel de medicina descobre proteína da memória para idosos. Faça isso hoje

DR. RAFAEL FREITAS

LINK PATROCINADO

Carteira Knup

CARTEIRA TENDAISY

[Comprar Agora](#)

LINK PATROCINADO

Novidade! Cooler irá comportar todas suas cervejas!

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

A máquina mais eficiente da Europa acaba de chegar em Salvador

MAXSHAVE